



CADERNO DE BOAS PRÁTICAS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ



Defensoria Pública
do Estado do Paraná



EDEPAR
Escola da Defensoria Pública
do Estado do Paraná

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA
PRIMEIRO CADERNO DE BOAS PRÁTICAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública do Estado do Paraná, 2020

Todos os direitos reservados



Defensoria Pública
do Estado do Paraná

CAPA

Sarah Lima

DIAGRAMAÇÃO

Sarah Lima

REVISÃO

Flávia Palazzi

Gabriele Maria Rezende Bahr

Defensoria Pública do Estado do Paraná

<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/>

Escola da Defensoria Pública

<http://www.edepar.pr.def.br/>

41 3219-7355

SUMÁRIO

05 *PREFÁCIO*

06 *FACILITAÇÃO DA GUARDA PARA FAMÍLIA EXTENSA EM CASOS DE MULHERES GRÁVIDAS SOB O USO DE SUBSTÂNCIA E/OU EM SITUAÇÃO DE RUA*

12 *A RELAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ COM OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS PARA O MONITORAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS*

21 *DIÁLOGOS COM A GUARDA MUNICIPAL DE LONDRINA*

27 *APRENDIZAGEM DE MUSICALIZAÇÃO EM AMBIENTE SIMULADO PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS*

33 *A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE UM PLANO REGIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES*

39 *A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA E DO SERVIÇO SOCIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ NA GARANTIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS À EDUCAÇÃO DE CAMPO*

48 *ESCUTA E ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE SUJEITOS ACUSADOS DE PRÁTICAS DELITUOSAS ANTES DE SEU INTERROGATÓRIO*

PREFÁCIO

O primeiro caderno de Boas Práticas da Defensoria Pública do Estado do Paraná, publicado no dia 19 de maio em comemoração ao dia nacional da Defensoria Pública, apresenta aos leitores uma seleção de práticas exitosas desenvolvidas por Defensores(as) Públicos(as) e Equipes Técnicas compostas por Psicólogos(as) e Assistentes Sociais dos quadros institucionais, que somam esforços para a prestação de um serviço jurídico abrangente, de resultados práticos e efetivos, com viés multidisciplinar e extrajudicial para solução de demandas da população hipossuficiente.

A ideia da compilação das Boas Práticas em formato de caderno surgiu da necessidade de divulgação dos trabalhos já realizados ou em andamento, como forma de incentivar a implantação dos projetos de sucesso em outras localidades, em benefício da população vulnerável, bem como expor a atuação da Instituição no campo extrajudicial, que prioriza a solução de problemas de forma interdisciplinar e efetiva.

A seleção das práticas constantes neste caderno ocorreu no II Encontro das Equipes Técnicas, realizado em Curitiba no ano de 2018, após a inscrição dos trabalhos pelos(as) autores(as) interessados na divulgação da atuação das respectivas comarcas. No total, foram apresentados de forma oral (17) trabalhos durante a realização do II Encontro.

A seleção das práticas levou em consideração a possibilidade de replicabilidade da experiência, a aplicabilidade prática, a demonstração dos resultados e a inovação. Ainda, estão presentes práticas que receberam o maior número de votos entre os participantes do evento.

Que esta compilação inaugural cumpra o seu papel de divulgação do trabalho realizado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, sirva de inspiração para novos(as) integrantes da Instituição e renove a motivação na busca por soluções extrajudiciais dos conflitos.

Flávia Palazzi

Diretora da Escola da Defensoria Pública do Estado do Paraná



FACILITAÇÃO DA GUARDA PARA FAMÍLIA EXTENSA EM CASOS DE MULHERES GRÁVIDAS SOB O USO DE SUBSTÂNCIA E/OU EM SITUAÇÃO DE RUA

Apresentação da prática, autoria do texto e desenvolvimento do projeto:

ALICE SANTOS DE SOUZA¹

JÚLIA N. MICHELOTTO²

KARLLA RENATTA HOFFELDER³

TÁBATA T. BOLSONI⁴

Defensor(a) Público(a) coordenador(a) da prática arquivada na EDEPAR:

DR. ERICK LE PALAZZI FERREIRA⁵

RESUMO

O presente projeto teve origem em razão da alta demanda de recém-nascidos acolhidos institucionalmente nos casos em que a genitora faz uso abusivo de substâncias psicoativas e/ou encontra-se em situação de rua, mostrando-se necessário discutir e buscar estratégias de atuação, visando atender a família extensa nas situações em que demonstram interesse e condições de assumir as responsabilidades sob o infante, articulando o atendimento entro da Defensoria Pública, bem como atuando em conjunto com os demais atores da rede de proteção no sentido de garantir o atendimento integral à família e ao infante, evitando o acolhimento institucional precoce e oportunizando a criação de vínculos afetivos entre o nascituro e sua família de origem.

Palavras-chave: Gestantes; Usuárias de drogas; Moradoras de rua; Acolhimento Institucional

INTRODUÇÃO

De acordo com pesquisa realizada pela Fundação de Ação Social de Curitiba, no ano de 2016 havia, em média, 1,7 mil pessoas em situação de rua na capital paranaense, deste número aproximadamente 11% era do gênero feminino. Ainda, conforme informações atualizadas do equipamento Consultório na Rua, responsável pelos atendimentos de saúde dessa população, mensalmente, entre seis e nove mulheres grávidas são acompanhadas no local.

Quando ocorre o nascimento de uma criança e a equipe hospitalar tem a informação sobre o uso de drogas durante a gestação e/ou a situação de rua da genitora, é confeccionada a Notificação Obrigatória (N.O.) e enviada ao Conselho Tutelar, que diante da iminente alta hospitalar e da suposta impossibilidade da genitora de atender adequadamente as necessidades do recém-nascido, opta pelo acolhimento institucional, afastando a criança de seus familiares e dificultando a

¹ Graduada em Serviço Social pela Pontífice Universidade Católica (2011). Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Contato: alice.souza@defensoria.pr.def.br.

² Estagiária em Serviço Social na Defensoria Pública do Estado do Paraná.

³ Estagiária em Serviço Social na Defensoria Pública do Estado do Paraná.

⁴ Graduada em Psicologia e pós graduada em Avaliação Psicológica pela Universidade do Contestado (2011 e 2013). Psicóloga da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Contato: tabata.b@defensoria.pr.def.br.

⁵ Defensor Público Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar de Curitiba - 2017/atual (lotado na Curadoria Especial de Curitiba). Foi Conselheiro do CSDP por duas gestões (2013/2015 e 2015/2017). Diretor de assuntos Legislativos na primeira gestão da ADEPAR (2013/2015). Atuou em todas as áreas da Defensoria Pública, tendo como primeira Comarca de Lotação Castro.



criação dos vínculos afetivos. Em Curitiba, existem cerca de dez instituições de acolhimento conveniadas à prefeitura aptas a receber e atender esta demanda.

Cabe destacar que, a retirada da criança do convívio familiar para uma instituição de acolhimento é bastante dolorosa, principalmente quando há o impedimento do contato entre eles, como ocorre na maioria dos casos, pois não é esperado social e psicologicamente que deixem de conviver com seus familiares. O ambiente institucional e as relações estabelecidas pela criança podem apresentar tanto ou mais riscos ao desenvolvimento cognitivo, social e afetivo quanto aos encontrados na família da qual foi retirada, o que pode comprometer a construção de suas identidades e projetos futuros. (Vasconcelos, Yunes & Garcia, 2009).

Diante desta realidade, este projeto tem por objetivo o atendimento dessas gestantes e de seus familiares próximos, buscando orienta-los sobre a possibilidade de acolhimento institucional dos recém-nascidos e, nos casos em que a família demonstra interesse e condições de acompanhá-las e de assumir as responsabilidades sob o infante, encaminha-los ao setor jurídico da Defensoria Pública, munidos de toda a documentação necessária para ingressar com a ação de guarda, evitando assim o afastamento da criança, por meio do acolhimento institucional. Por conseguinte, fortalece-se a atuação em conjunto com os demais órgãos da rede de proteção no sentido de promover ações que busquem a organização e fortalecimento das mães, até que reúnam as condições necessárias para exercer o poder familiar e o seu direito à maternagem.

1. MÉTODO

A implantação do projeto teve início em maio de 2018, quando foram realizadas reuniões com os Conselhos Tutelares das regionais Boa Vista, Matriz, Cajuru, Portão, Pinheirinho, CIC, Boqueirão e Santa Felicidade, objetivando a apresentação do projeto e o estabelecimento de fluxos para estes atendimentos prioritários. Já em 2019, foram realizadas reuniões com as equipes de Serviço Social e Psicologia dos hospitais que contam com maternidade e que são referência no atendimento às gestantes em situação de vulnerabilidade, sendo eles: Hospital de Clínicas, Hospital do Trabalhador, Hospital Evangélico Mackenzie, Maternidade Vitor Ferreira do Amaral e Maternidade Materdei, para apresentação do atendimento da Defensoria Pública, em especial do trabalho desenvolvido com as gestantes e o estabelecimento de fluxos de encaminhamento e notificação dos casos atendidos.

Na sequência, foi realizado contato com o Consultório na Rua – equipe 3, que atende as demandas da Regional Matriz, com os quais foi pactuado o repasse de informações sobre as gestantes em situação de rua e/ou uso abusivo de drogas, atendidas no equipamento, que é considerado a principal porta de entrada desse público na rede socioassistencial.

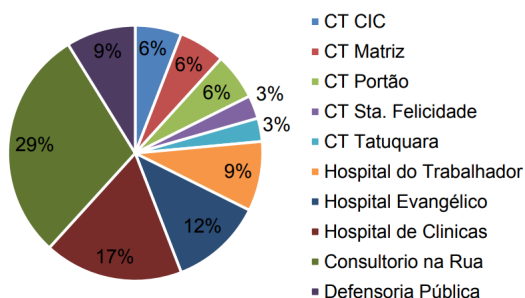
2. RESULTADOS

Até o mês de dezembro de 2019, foram encaminhados 36 processos com demanda de mães em situação de rua e/ou que são usuárias de substâncias psicoativas, destes, a equipe conseguiu atender 32 casos, considerando que em quatro casos a gestante não foi localizada e não há



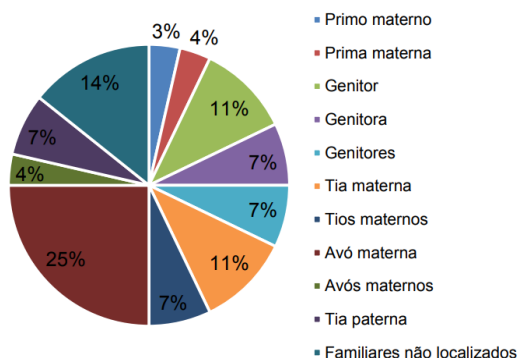
atendimentos realizados pela rede de proteção. A seguir, foram elaborados quadros referenciando os dados qualitativos e quantitativos sobre processos.

Gráfico 1 - Quem encaminhou para a Defensoria Pública?



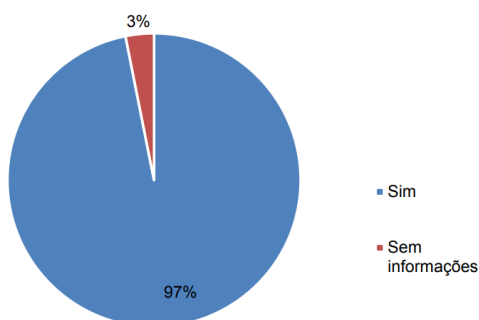
Fonte: elaborado e atualizado pela equipe técnica do CAM em dezembro de 2019.

Gráfico 2 - Familiar que buscou a guarda.



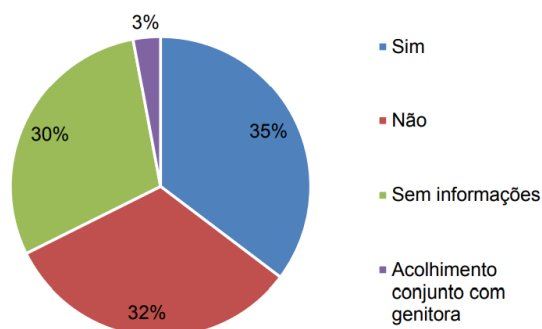
Fonte: elaborado e atualizado pela equipe técnica do CAM em dezembro de 2019.

Gráfico 3 - A rede de proteção contribuiu com o atendimento?



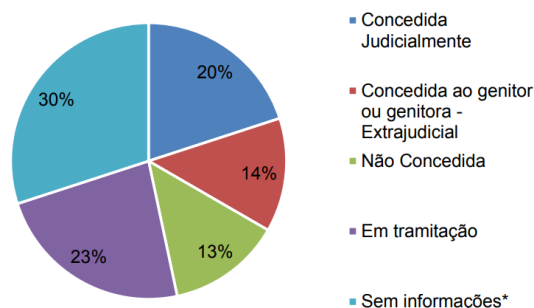
Fonte: elaborado e atualizado pela equipe técnica do CAM em dezembro de 2019.

Gráfico 4 - Ocorreu o acolhimento do recém-nascido?



Fonte: elaborado e atualizado pela equipe técnica do CAM em dezembro de 2019.

Gráfico 5 - Situação da guarda.



Fonte: elaborado e atualizado pela equipe técnica do CAM em dezembro de 2019.

3. DISCUSSÃO

Através da análise de dados, foi possível notar que a maioria dos encaminhamentos foram realizados pelo Consultório na Rua e Hospitais, somando 76% dos casos, o que corrobora com o fato destes locais serem considerados portas de entrada para os atendimentos de saúde destas usuárias.

Compreendendo que o projeto possui como um dos principais objetivos e conquistas a articulação da rede, o trabalho pode ser considerado exitoso neste aspecto, já que em 97% dos casos atendidos houve a articulação da rede de proteção. Contudo, apesar dessa articulação, em 38% dos casos acompanhados pela equipe ocorreu o acolhimento institucional do infante,



sendo que em um dos casos juntamente com a genitora. Em 30% dos casos não houve informações sobre o acolhimento institucional pois, apesar do acompanhamento da rede de proteção, a gestante mudou-se de município ou não foi mais localizada.

Em relação aos familiares que buscaram a guarda dos recém nascidos, observou-se que em mais da metade dos casos a família materna realizou contato com os órgãos atuantes no atendimento da gestante, demonstrando interesse em permanecer com o infante, enquanto apenas 7% eram familiares paternos. Em 25% dos casos os infantes permaneceram com um ou ambos os genitores.

Em relação a situação da guarda, em 20% dos casos foi concedida judicialmente para familiares extensos e em 14% extrajudicialmente para um ou ambos os genitores. Em 13% a guarda não foi concedida para nenhum familiar e o processo de Destituição do Poder Familiar segue tramitando ou já foi julgado procedente. Em 23% dos casos o processo continua tramitando, ainda em processo de avaliação para compreender se a família reúne condições para receber a criança.

Pode-se analisar que, entre abril de 2018 até novembro de 2019, ocorreu maior número de acolhimentos institucionais mesmo com o projeto estando em vigor. Todavia, consideramos atendimentos com resultados positivos também todos aqueles em que, mesmo a guarda não sendo concedida ou a criança tendo sido acolhida, houve a atuação de todos os equipamentos da rede, no sentido de garantir os direitos dos recém-nascidos visando sua inserção na família nuclear

ou extensa, realizando encaminhamentos para superação da situação de vulnerabilidade. Destacamos que na maioria das situações em que aconteceram o acolhimento institucional e posteriormente a destituição, tanto a gestante quando os familiares não deram continuidade ao atendimento ou encaminhamentos necessários ou, por diversos outros fatores, desistiram de recorrer ao atendimento.

Além dos dados coletados, chama a atenção a quantidade de processos de destituição do poder familiar logo após o nascimento, mesmo não havendo verificado a possibilidade de reintegração familiar através de medida de proteção. Percebe-se a fragilidade da rede de proteção em se organizar antes do nascimento do bebê, sendo grande parte das notificações encaminhadas para a equipe do CAM após o nascimento, dificultando a articulação e defesa das gestantes, uma vez que já há homologado pedido de destituição do poder familiar e/ou medida de proteção, devido a notificação obrigatória encaminhada anteriormente para outros órgãos públicos. Consideramos que deve haver trabalho de conscientização e (re)pensar estratégias para a concretização do projeto junto a rede de proteção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados coletados, conclui-se que, apesar de não ter sido possível evitar os acolhimentos institucionais dos recém nascidos em sua totalidade, foram alcançados benefícios importantes para o atendimento de mulheres em situação de rua, tais como, o fortalecimento do trabalho integrado



visando o atendimento integral das gestantes e suas famílias, o fortalecimento da atuação da Defensoria Pública nas demandas relacionadas ao acolhimento institucional, a criação de um fluxo específico para encaminhamento e atendimento de população hipervulnerável, além de proporcionar maior celeridade no atendimento às famílias interessadas em ingressar com ação de guarda dos infantes.

Diante do cenário observado, vê-se a necessidade de realizar constante trabalho com toda a rede de proteção que atende este público, criando espaços de reflexão e capacitação, construindo novas formas de atuação junto a essa população, tendo como eixo a integração entre os equipamentos e o desenvolvimento de uma visão humanizada sobre o problema, priorizando a permanência dos recém nascidos com a família natural ou extensa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990.
2. BRASIL. **Fundação de Ação Social**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/fas-realiza-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-de-curitiba/40126/>>. Acesso em 18/04/2018 às 13:49.
3. BRASIL, Conselho Federal de Serviço Social – **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 5 ed. – São Paulo,

Cortez, 2005.

4. COSTA, A.C.G.da. **O novo direito da infância e da juventude do Brasil**: 10 anos do EFA – Avaliando conquistas e projetando metas. Cad.1- Unicef, 1990.
5. COSTA, Dorival; BUENO, Arantes Salcedo; LAZZARINI, Valtérnir. **Acolhimento institucional no Paraná: desvendando a realidade: relatório; coordenação de Valtérnir Lazzarini**. Curitiba: SETP/CEDCA, 2007.
6. DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2011.
7. FÁVERO, Eunice Teresinha. **Serviço Social, práticas judiciais, poder: implantação do Serviço Social no Juizado de Menores de São Paulo**. São Paulo: Veras, 1999.
8. FILGUEIRA, Mara R. T. **Atendimento a Criança e Adolescente em Abrigos: Proteção Integral**. Nova Venécia/ES, Cricaré, 2002
9. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
10. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Cortez, 1982.
11. LORENZI, Gisella, Werneck. **Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. 2007.



12. MINAYO, MCS. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 32.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

13. NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** 1999. 2015.

14. RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** - Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2004

15. RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Cortez Editora, 2009.

16. VASCONCELOS, Q. A., YUNES, M. A. M. & GARCIA, N. M. **Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. Paidéia:** Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v10n1/08.pdf>> . Acesso em: 12 dez. 2018.



A RELAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ COM OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS PARA O MONITORAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS

Apresentação da prática e autoria do texto:

TAÍSA DA MOTTA OLIVEIRA¹

Equipe multidisciplinar envolvida:

JANETE KRACK MAGNAGNO²

JANAINA ALVES TEIXEIRA³

ALICE SANTOS DE SOUZA⁴

NATALIA LUERSEN MOREIRA⁵

Defensor(a) Público(a) coordenador(a) da prática arquivada na EDEPAR:

MARCELO LUCENA DINIZ⁶

RESUMO

Compreende-se que a intersectorialidade da Defensoria Pública do Paraná junto a órgãos gestores da Política de Assistência Social é primordial para o acesso da população vulnerável ao Sistema de Justiça. As instituições do Sistema de Justiça acionam a Rede de Atendimento Socioassistencial com o objetivo de obter informações sobre os usuários ou incorporarem esses a Rede de Proteção. Nessa perspectiva cabe a equipe do Serviço Social da Defensoria Pública do Paraná monitorar as ações desses órgãos gestores, no intuito de contribuir com o exercício do controle social. Através dessa missão a servidora passa a acompanhar as reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do município de Curitiba. A partir da participação nas reuniões do CMAS de Curitiba, da sistematização das informações que se

obteve com os conselheiros e público externo ao Conselho, surgiu a necessidade de tornar essa ação em um Projeto Institucional. Em meados de 2018 surgiu o Grupo de Trabalho que formulou o Projeto “Monitoramento dos Conselhos pela Defensoria Pública: Acompanhamento dos Conselhos de Assistência Social e de Direitos da Criança e do Adolescente”, com a participação das assistentes sociais do CAM-Sede Central de Curitiba, CAM-Sede de Cascavel, da Coordenação do NUDIJ e da Coordenação do CAM-Sede Central, Projeto esse fruto da necessidade de compreender os meandros da Política de Assistência Social. Trata-se de ação pioneira, uma vez que conta em sua formulação com o apoio de equipes técnicas de Sedes distintas e um de seus objetivos perpassa a replicação do Projeto para outras equipes da DPPR.

¹ Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar pela UFPR-litoral. Graduada em Serviço Social pela UFPR-litoral. Integrante do Laboratório de Análise do Campo Científico – LACC do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Colaboradora da Universidade Positivo na construção do Curso de Graduação em Serviço Social. Professora Substituta do Curso de Graduação em Serviço Social da UFPR-litoral entre 2013 e 2015. Membro do Grupo de Pesquisa para a Capacitação e atualização profissional de Servidores (as) da Equipe Técnica – GPET da Escola da Defensoria Pública do Estado do Paraná – EDEPAR. Email para contato: taissa.oliveira@defensoria.pr.def.br.

² Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

³ Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

⁴ Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

⁵ Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Graduada em Serviço Social (2007) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: natalia.m@defensoria.pr.def.br.

⁶ Defensor Público do Estado do Paraná.



Palavras-chave: Serviço Social; Defensoria Pública; Controle Social; Conselhos de Políticas Públicas; Monitoramento

INTRODUÇÃO

A partir de estudos de âmbito documental, da prática cotidiana da servidora e de sistematizações de saberes junto a colegas de profissão da própria DPPR e Defensores Públicos, compreende-se que a intersectorialidade da Defensoria Pública do Paraná (DPPR) junto a órgãos gestores da Política de Assistência Social entre outras políticas públicas e sociais, é primordial para o acesso da população vulnerável ao Sistema de Justiça. As instituições do Sistema de Justiça acionam a Rede de Atendimento Socioassistencial com o objetivo de obter informações sobre os usuários ou incorporarem esses a Rede de Proteção, quando há indícios de violação de direitos, dando claros indícios da importância do monitoramento desses órgãos gestores, principalmente através dos Conselhos de Políticas Públicas (CPP). Nessa perspectiva é primordial que a equipe do Serviço Social da DPPR monitore, para uma possível fiscalização, as ações dos órgãos gestores, no intuito de contribuir com o exercício do controle social, trazendo demandas de âmbito coletivo para os Núcleos Especializados e para os Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAM). A partir dessa missão da profissão na instituição a servidora passa a acompanhar as reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Curitiba, a partir do ano de 2017.

Os CPP são arenas decisórias típicas do desenho institucional brasileiro, sendo

também instituições políticas que auxiliam no cotidiano do “fazer político”, no processo de funcionamento democrático da União, dos Estados e Municípios. Eles são órgãos colegiados, permanentes e deliberativos, responsáveis pela execução, formulação, fiscalização, promoção e defesa das políticas públicas. A partir da participação como ouvinte nas reuniões do CMAS de Curitiba, da sistematização das informações que se obteve com os conselheiros e público externo ao Conselho, surgiu a necessidade de tornar essa ação em um Projeto Institucional.

Assim, em meados de 2018 surgiu o Grupo de Trabalho que está elaborando o Projeto “Monitoramento dos Conselhos pela Defensoria Pública: Acompanhamento dos Conselhos de Assistência Social e de Direitos da Criança e do Adolescente” com a participação das assistentes sociais do CAM – Sede Central de Curitiba, CAM – Sede de Cascavel, da Coordenação do NUDIJ e da Coordenação do CAM – Sede Central. Projeto esse fruto da necessidade institucional de compreender os meandros da Política de Assistência Social e também da Política de Políticas para a Infância e Juventude, como será exposto mais à frente, não só no município de Curitiba, mas também nos municípios onde houver a atuação da DPPR, do Estado do Paraná e também no âmbito da União.

2. MÉTODOS

O Projeto focará em sua implementação nos Conselhos da Assistência Social e nos Conselhos da Criança e do Adolescente nos três níveis da federação. Escolheu-se esses Conselhos em específico por se tratar de uma proposta de Projeto de



Intervenção pensada a médio e longo prazos, proposta pelas equipes dos CAM de Cascavel e de Curitiba e também pelo Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ). O Projeto de Intervenção se desenvolverá através da participação das/dos assistentes sociais da DPPR nas reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná (CEAS), CMAS Curitiba e nos demais municípios onde exista sede da DPPR, a partir da realidade das colegas.

A participação da equipe técnica deverá ser efetivada através de consulta as colegas que tenham interesse em participar do monitoramento - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná - CEDCA, e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba - COMTIBA e dos demais municípios paranaenses onde tem sede da DPPR. Além da participação nas reuniões o Projeto se efetivará através do estudo das Atas e Deliberações dos referidos Conselhos e de sua dinâmica institucional e participativa. O referido estudo objetiva analisar a dinâmica institucional os processos decisórios, visando identificar os atores, indivíduos e instituições que se destacam na condução do processo participativo.

O Projeto de Intervenção está organizado a partir de certos caminhos metodológicos como o conhecimento empírico adquirido sobre os Conselhos de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como o conhecimento teórico sobre a temática. Trata-se de um projeto de intervenção qualitativo, desenvolvido através da pesquisa exploratória e descritiva do fenômeno social apresentado.

O Projeto está sendo desenvolvido com auxílio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo é importante uma vez que é necessária coleta de dados e participação nas reuniões das instituições referidas, assim como a análise de documentos e possivelmente entrevistas com os Conselheiros integrantes da arena participativa. A entrevista se dará para conhecimento do perfil dos Conselheiros relativos a faixa etária, tempo de pertencimento ao Conselho, entre outros indicadores que serão elaborados no andamento da pesquisa. A coleta de dados será efetivada através de instrumentais que estão dispostos nos anexos do Projeto, que traduzam o conteúdo previamente eleito na construção dos Indicadores da Pesquisa.

3. RESULTADOS

A intenção desse trabalho não é trazer os dados objetivos do Projeto ou seus resultados práticos e sim mostrar que os Conselhos de Políticas são instrumentos que podem ser monitorados pelas equipes técnicas da DPPR, principalmente pela equipe do Serviço Social. E através dessa percepção está sendo elaborada uma proposta de Projeto conjunto entre equipes técnicas de sedes distintas, sendo essa uma oportunidade de gestão ainda pouco explorada dentro da DPPR. A viabilização do Projeto talvez abra portas para construções dessa natureza, onde as equipes possam desenvolver projetos institucionais para as mais variadas temáticas do processo de trabalho do Serviço Social, dentro da instituição.

4. DISCUSSÃO

Essa é uma ação pioneira na instituição,



uma vez que conta em sua formulação com o apoio de equipes técnicas de Sedes distintas. Um de seus objetivos perpassa justamente a replicação do Projeto, conforme ajustes que se fizerem necessárias, uma vez que se pretende democratizar o instrumental tanto para as equipes da DPPR, quanto para outros Conselhos de Políticas Públicas, em outras sedes do estado, se as equipes entenderem viável. Esse artigo tem por objetivo apresentar para a instituição um modelo de construção de um processo participativo que culminou na elaboração de um Projeto Institucional, que nesse caso tem como objeto o monitoramento dos Conselhos de Políticas Públicas. Ao longo da experiência profissional e acadêmica da servidora, compreendeu-se que um dos processos de trabalho fundamentais da equipe do serviço social na instituição é o de monitorar os Conselhos de Políticas Públicas, uma vez que nessas instâncias participativas são deliberadas as principais decisões relacionadas a política social, entre outras políticas públicas.

A partir daqui pretende-se traçar algumas compreensões bem iniciais a respeito do Serviço Social no contexto da DPPR, pois compreende-se que isso trará contribuições para o processo de pensar a profissão, no viés da construção de processos de trabalho no âmbito institucional, uma vez que essas compreensões foram importantes para a elaboração e construção do Projeto. Não se trata de trazer nesse documento uma visão pragmática e estanque da profissão e sim a contribuição da autora do texto, sobre a realidade que vivencia em seu espaço laboral e que a mesma conseguiu sistematizar nesse artigo. Quer-se com

isso reafirmar a autonomia dentro das suas atribuições éticas, técnicas e institucionais das/os profissionais do Serviço Social. Vale frisar nesse texto que o Serviço Social é uma profissão que forma bacharéis e que foi regulamentada pela Lei Federal nº 8.662/93, com alterações determinadas pela Lei 12.317/10 e está balizada pelo Código de Ética Profissional das e dos Assistentes Sociais, aprovado através da resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993. De uma maneira bem geral, não sendo possível o aprofundamento dessa questão, nesse espaço, a/o assistente social atua nas diversas expressões da questão social, que é expresso da seguinte maneira por Carvalho e Iamamoto:

a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (1983, p. 77).

De acordo com Teles:

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (1996,85).

Apresentando o conceito elaborado pelos autores nessas passagens, é fundamental apontar que a questão social e suas expressões são as principais matérias primas, os objetos de trabalho, do



da questão social, por exemplo, o desemprego, a fome e a miséria, a exclusão social de segmentos sociais como as crianças, adolescentes e jovens; os idosos; as mulheres; a população negra; a população LGBT'+; a população em situação de rua; as populações tradicionais; entre outros segmentos e outras tantas expressões da questão social.

Assim, de acordo com o entendimento dessa servidora, a profissão é chamada a intervir na realidade social junto a DPPR, desempenhando um papel central tanto na orientação de indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais, quanto na formulação, implementação, execução e avaliação de projetos sociais no âmbito institucional, calcados nas qualidades técnicas das/dos profissionais. A intervenção profissional tem por um de seus objetivos identificar recursos institucionais, através de assessoria técnica especializada no âmbito do Serviço Social, conforme o Código de Ética Profissional, o que gera na maioria das vezes, através da experiência própria dessa servidora, a formulação de documentos técnicos implícitos a área de atuação dessas e desses profissionais.

A profissão faz uso dos recursos institucionais no atendimento e na defesa de direitos da população usuária da DPPR, conforme o que preconiza as nossas competências profissionais, traçadas nos documentos apresentados acima e também nos princípios legais da Lei Orgânica da DPPR. A autora compreende que as identificações desses recursos institucionais pelo Serviço Social se formalizam no âmbito da DPPR através do Centro de Atendimento Multidisciplinar - CAM e dos diferentes

desenvolvimento da profissão no Brasil desde o seu processo de reconceituação. O Serviço Social entende como expressões Ofícios da instituição, nos Núcleos da DPPR, na EDEPAR, nos órgãos da gestão e planejamento institucional, entre outros espaços que por ventura possam ser identificados.

De acordo com a experiência da autora, o CAM, assim como os Núcleos, são centrais nessa equação, pois são nesses espaços institucionais, onde se expressam o desenvolvimento constante das habilidades dessa assessoria da equipe do Serviço Social na instituição, principalmente ao que tange as funções institucionais da defesa dos necessitados, da solução extrajudicial dos litígios, da promoção e difusão de direitos humanos, dando prioridade ao atendimento interdisciplinar do órgão. Foi através dessas considerações que se compreendeu a necessidade de elaboração do Projeto, da maneira que ele vem sendo construído e das articulações que estão sendo feitas para a sua implementação em médio e longo prazo.

Considera-se essencial nesse primeiro momento, uma vez que o Projeto "Monitoramento dos Conselhos pela Defensoria Pública: Acompanhamento dos Conselhos de Assistência Social e de Direitos da Criança e do Adolescente" está em fase de construção, realizar nesse espaço uma revisão bibliográfica sucinta sobre a temática dos CPP. A autora irá trazer questões teóricas atinentes ao debate, para que os leitores possam compreender esse objeto como uma instituição participativa, elucidando também aspectos normativos mínimos. Os CPP são instituições participativas típicas do ordenamento institucional



brasileiro, isso é fazer parte do desenho institucional do regime político democrático, auxiliando no processo de concretização das políticas públicas, principalmente, mas não exclusivamente, as de cunho social (política social). Lavallo, Houtzager e Acharya (2004, p.10) explicam que essas instituições participativas são apresentadas como “espaços deliberativos de participação” e também como “arranjos institucionais participativos”; são instituições obrigatórias no arranjo federativo brasileiro, semelhante às do governo – há CPP Municipais, Estaduais e Federais.

Eles estão organizados em áreas cujas políticas são definidas como de alta prioridade estatal como a “educação, saúde, direitos da criança e do adolescente [e assistência social]”. Trata-se assim de instituições que obedecem a mandatos de categorias eleitas, cuja criação e formas de participação são determinadas por esse fator. Neles há, em proporcionalidade igual, a representação de atores da sociedade civil, autoridades estatais do governo e associações de trabalhadores envolvidos com a referida política pública.

Os CPP foram viabilizados no arranjo do ordenamento político brasileiro, através de legislação competente. Por conta dessas características Vilela aponta que:

o instituto da participação popular está presente em vários dispositivos do texto constitucional. Assim é que, o art. 29, XII, prevê a cooperação das associações representativas no planejamento municipal; os art.194, parágrafo único, VII, 198, III, 204, II, 206, VI e 227, Parágrafo 1º, estabelecem o caráter democrático e descentralizado da administração nas áreas de seguridade social (saúde, assistência e previdência social), da educação e da criança e do adolescente, e outras, por meio da participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas (2005, p. 04).

criados anteriormente a Constituição Federal de 1988. Sobre esse assunto Vilela aponta que “a origem da interação da sociedade e do Estado na gestão de políticas públicas pode ser identificada já em 1981, quando se realizou a primeira experiência de gestão compartilhada, por meio do Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária (CONASP)” (2005, p. 04).

Os Conselhos são órgãos colegiados, permanentes, deliberativos ou consultivos, que tem por objetivo principal formular, supervisionar e avaliar as políticas públicas de acordo com a tripartição dos níveis de governo. Seus desenhos institucionais e competências são determinados por legislações específicas e normatizados pela Constituição Federal brasileira de 1988. De acordo com Raichelis:

os conselhos nos moldes definidos pela Constituição Federal de 1988, são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de seguimentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados. A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diversos formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses, portanto como campos de políticas públicas, de conceitos, e processos, de significados e resultantes políticos (sem data, p.1).

Diversos autores (TATAGIBA, 2002; FUKS, PERISSINOTTO & SOUZA, 2004; AVRITZER, 2004; CUNHA, 2007; MILANI, 2008) veem essas arenas como um canal discursivo e participativo da sociedade civil, de melhoramento contínuo das questões referentes a formulação e gestão das Políticas Públicas, sendo um canal



peculiar de ação direta da sociedade no Estado. Peculiar, pois seus diferentes desenhos institucionais são fruto da realidade histórica da política brasileira. Nesse texto compreende-se as políticas públicas de acordo com as concepções de Teixeira, ele aponta que elas “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos” (2002, p. 2). No caso específico do Projeto que está em fase de implementação, fala-se em políticas públicas de âmbito social, como as políticas públicas de saúde, assistência social, educação, direitos da criança e do adolescente, entre outras.

Dessa forma para Abranches a “política social reflete a direção política das relações econômicas. A combinação específica, imposta pela correlação efetiva de forças, de incentivos à acumulação e ao crescimento, recursos para a provisão de meios de subsistência aos mais carentes e ações redistributivas visando a alcançar um certo patamar de equidade” (1987, p. 59). Seguindo seu pensamento, a política social “intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade” (ABRANCHES, 1987, p.63). A política social é importante para esse Projeto de Intervenção, uma vez que conduzirá os esforços dessa análise na compreensão de

fatores que garantam a manutenção do Estado ao direito à cidadania.

O Projeto focará em sua implementação nos Conselhos da Assistência Social e nos Conselhos da Criança e do Adolescente nos três níveis da federação. Escolheu-se esses Conselhos em específico por se tratar de uma proposta de Projeto de Intervenção pensada a médio e longo prazos, proposta pelas equipes dos CAM de Cascavel e de Curitiba e também pelo Núcleo da Infância e Juventude - NUDIJ.

O Projeto de Intervenção se desenvolverá através da participação das assistentes sociais da DPPR nas reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná - CEAS, Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Curitiba - CMAS e nos demais municípios onde exista sede da DPPR - a participação da equipe técnica deverá ser efetivada através de consulta as colegas que tenham interesse em participar do monitoramento - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná - CEDCA, e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba - COMTIBA e dos demais municípios paranaenses onde tem sede da DPPR, conforme interesse das colegas, como já explicitado. Além da participação nas reuniões o Projeto se efetivará através do estudo das Atas e Deliberações dos referidos Conselhos e de sua dinâmica institucional e participativa. O referido estudo objetiva analisar a dinâmica institucional os processos decisórios, visando identificar os atores, indivíduos e instituições que se destacam na condução do processo participativo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Menciono nesse espaço que além da



assistente social que subscreve esse documento trabalham na construção, para a efetivação do Projeto, as assistentes sociais Alice Santos de Souza do CAM-Curitiba, Janaina Alves Teixeira do CAM-Cascavel, Janete Krack Magnagnagno do CAM-Cascavel e Natalia Luersen Moreira do CAM-Curitiba. E também os Defensores Públicos Erick Lé Palazzi Ferreira coordenador do CAM-Curitiba, Marcelo Lucena Diniz, Coordenador do NUDIJ, que compreenderam a potencialidade dessa articulação para a instituição, assim como o Coordenador da Sede de Cascavel Defensor Público Lucas de Castro Campos por conta da necessária articulação com a equipe da localidade para esse planejamento. A Defensora Pública Flávia Palazzi, coordenadora da Escola da Defensoria Pública do Estado do Paraná – EDEPAR também merece ser mencionada nesse artigo, pois foi através do Grupo de Pesquisa da EDEPAR para a capacitação de servidores da equipe técnica – GPET que a autora fez os primeiros contatos em relação a temática do Projeto com a equipe de Cascavel. Aponto também o nome da assistente social Tamires Caroline de Oliveira, com quem a autora do artigo desenvolve diálogos frutíferos em relação ao monitoramento dos Conselhos de Políticas Públicas, desde o começo de sua trajetória profissional na instituição.

Conclui-se salientando que essa boa prática é fruto de um trabalho conjunto e que se desenvolve para materializar um dos processos de trabalho da equipe do serviço social na instituição, lembrando sempre da multidisciplinaridade e também interdisciplinaridade que o trabalho na DPPR exige. Mais do que uma

idéia essa construção é fruto de um modelo de gestão pautado na participação e articulação das equipes técnicas, uma vez que ao potencializar as discussões podem-se construir projetos institucionais que merecem ser difundidos e talvez ampliados para mais de uma sede. Considera-se cada vez mais necessária esse tipo de prática para que se possa aprofundar ainda mais os princípios que caracterizam a instituição, elaborando maneiras assertivas de atendimento aos usuários dos serviços da DPPR, sejam eles individuais e coletivos. Diante dessas considerações esse artigo também faz um apelo para que colegas assistentes sociais da instituição que tenham interesse no fortalecimento desse Projeto Institucional, somem esforços para que se possa finalmente retirá-lo do papel. Tal iniciativa é fundamental para a continuação e fortalecimento das ações.

REFERÊNCIAS

1. ABRANCHES, S. **“Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática”**. In: ABRANCHES, S., SANTOS, W.G., COMIMBRA, M. *Política Social e a Questão da Pobreza*, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
2. AVRITZER, L. ***A participação em São Paulo***. Unesp, 2004.
3. CUNHA, E. ***A efetividade deliberativa dos Conselhos Municipais de Saúde e de Criança e Adolescente no Nordeste***. A participação social no Nordeste. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2007p. 135-161.
4. FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. & SOUZA,



N. (orgs.). **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2004.

5. IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

6. LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P.; ACHARYA, A. **Lugares e atores da democracia: arranjos institucionais participativos e sociedade civil em São Paulo**. Nobre & Coelho, Participação e deliberação, Ed, v. 34, p. 343-367, 2004.

7. MILANI, C. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias**. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

8. RAICHELIS, R. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas: uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil**. http://igepp.com.br/uploads/arquivos/apu_93.pdf Acessado em: 01/03/2019.

9. TATAGIBA, L. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, p. 47-103, 2002.

10. TELES, V. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95



DIÁLOGOS COM A GUARDA MUNICIPAL DE LONDRINA

Apresentação da prática, autoria do texto e desenvolvimento do projeto:
CLODOALDO PORTO FILHO¹

Defensor(a) Público(a) coordenador(a) da prática arquivada na EDEPAR:
ELISABETE APARECIDA ARRUDA SILVA²



RESUMO

A ideia desta atuação deu-se através de reuniões ocorridas com esta Defensoria Pública do Estado do Paraná, o Ministério Público do Estado do Paraná, Secretaria de Assistência Social de Londrina e a Secretaria de Defesa Social de Londrina. A partir destas reuniões nos foi ofertada a participação tanto na formação de novos Guardas Municipais, assim como para auxiliarmos na capacitação dos agentes que já estão em atuação. A primeira capacitação que ocorreu no ano 2018, e envolveu o Comando da Instituição, a fim de que os mesmos por exercerem cargos de comando pudessem multiplicar a ideia dos encontros com os outros agentes da Guarda, reduzindo assim a resistência por parte dos mesmos. Entre 2019 e 2020 realizamos a capacitação de aproximadamente trezentos (300) Guardas Municipais, subdivididos em

diversas turmas. Nos encontros ficou visível o sofrimento psíquico que os Guardas Municipais tem passado durante a execução de suas atividades, o fato de lidarem com a violência diariamente, com o temor de serem reconhecidos fora de seu espaço de trabalho, a ansiedade causada pela atuação, entre outras questões tem afetado a saúde mental destes profissionais. Mais do que capacitar, os encontros tem a metodologia de ouvir as angústias destes Guardas, além proporcionar um espaço de troca de experiências com outros profissionais da Rede que atuam nas áreas sociais e de direitos humanos do Município, o que possibilita que estes agentes possam ter mais subsídios para lidarem com algumas problemáticas inerentes a sua atuação.

Palavras-chave: Guarda Municipal; Capacitação; Diálogos.

1. INTRODUÇÃO

Em 11/03/2018, em uma abordagem de dois agentes da Guarda Municipal de Londrina, o jovem Mateus Evangelista de dezoito (18) anos foi baleado no pescoço e acabou não resistindo ao ferimento, vindo posteriormente a óbito. Tal situação causou grande comoção no Município de Londrina, haja vista que tempos após este

¹ Psicólogo da Defensoria Pública do Estado do Paraná, Mestre em Serviço Social e Política Social; contato: clodoaldo.filho@defensoria.pr.def.br.

² Defensora Pública do Estado do Paraná.

³ Capacitação do Comando da Guarda Municipal de Londrina realizada em 30/08/2018.



fato os dois Guardas Municipais que estavam atuando nesta ocorrência foram responsabilizados, pelo disparo de arma de fogo e alteração da cena do crime, e o outro por homicídio qualificado.

Além da questão criminal que envolveu este fato, diversos atores sociais do Município procuraram estratégias que poderiam vir a somar esforços junto a atuação da Guarda Municipal de Londrina, dentre estes atores podemos destacar a Defensoria Pública do Estado do Paraná, o Ministério Público do Estado do Paraná, a 2ª vara da Infância de Londrina, a Secretaria de Assistência Social de Londrina e a Secretaria de Defesa Social de Londrina.

Após reuniões realizadas com os atores supracitados, foi pactuada a proposta de atuarmos em forma de capacitação da Guarda Municipal, colaborando para o aprimoramento dos agentes, e consequentemente da própria Instituição. De acordo com Patrício (2008) o efetivo das Guardas Municipais no Brasil totaliza 74.797 profissionais, sendo que sua distribuição está normalmente vinculada ao tamanho populacional: quanto maior a população, maior número de Guardas. O tamanho do efetivo das instituições em geral é pequeno, correspondendo entre onze (11) e quarenta (40) profissionais. Nas cidades médias, essa quantidade fica em torno de cem (100) a trezentos (300) componentes e, nas grandes metrópoles, salta para mais de trezentos (300) integrantes. No caso específico de Londrina, a Cidade conta com um efetivo de aproximadamente trezentos e quarenta (340) agentes.

Patrocínio (2008), enfatiza que a capacitação destes agentes para a atuação cotidiana é de vital importância, sendo

que na maior parte dos Estados o treinamento e a capacitação dos Guardas ocorrem na ocasião do seu ingresso, mas é preciso considerar que um volume expressivo de agentes no Brasil informou nunca ter realizado de nenhum treinamento ou capacitação.

Em Londrina os Guardas Municipais passavam pela capacitação apenas quando eram inseridos na Instituição, não sendo realizados cursos de aprimoramento no decorrer da carreira dos agentes. E nem eram aprofundados os temas como direitos humanos e outras questões sociais que são de suma importância na compreensão da realidade cotidiana vivenciada pelos mesmos.

A despeito da construção da Matriz Curricular Nacional para formação em segurança pública de Guardas Municipais, não há dados nas pesquisas que permitam aferir qual o grau de aderência ou relação dos conhecimentos transmitidos aos postulados pelas diretrizes, além de não sabermos de forma clara quais são conteúdos ministrados nas capacitações. Por isto que se fez necessário a realização destes encontros entre os Guardas Municipais de Londrina e estes atores da rede envolvidos na capacitação continuada, sendo um passo primordial para a Guarda Municipal, assim como para população atendida.

2. MÉTODO

O primeiro encontro de capacitação foi realizado com o Comando da Guarda Municipal de Londrina em 30/08/2018, sendo que neste encontro tivemos a participação de vinte e cinco (25) comandantes da Instituição. Após esta primeira capacitação dos comandantes, realizamos encontros mensais com os



outros agentes da Corporação, sempre respeitando a divisão por sala com no máximo trinta (30) pessoas, o que auxilia na fruição dos debates e diminui a dispersão das turmas. Ressaltamos que quando as turmas são maiores que este número de pessoas estipulado previamente, há a divisão desta turma em mais de uma sala.

Os encontros são realizados em um período médio de quatro (04) horas, o que evita cansaço intensivo dos agentes e também sua dispersão, haja vista que muitos Guardas participam das capacitações depois de um turno doze (12) horas de atuação.

Em relação a dispersão dos agentes, a fomentação de que eles participem em todos os momentos dos encontros, procurara proporcionar um processo de pertencimento aos mesmos, sendo que esta interação propicia que eles estejam alertas e concentrados a todo o momento, o que colabora na retenção de conhecimento dos agentes.

3. RESULTADOS

Como ponto positivo, podemos destacar as verbalizações dos agentes que disseram se sentirem a vontade e com segurança de poderem falar sem serem julgados ou vistos como “monstros”, fato que segundo eles é recorrente em eventos que participaram envolvendo a temática dos direitos humanos.

Os agentes ressaltaram também sobre a importância de ouvirem as perspectivas pontuadas por outros profissionais da rede, o que de acordo com os Guardas agregou bastante as suas concepções enquanto indivíduos, tendo afetado de forma positiva as suas atuações profissionais.

Nos encontros foram tratados temas como racismo, homofobia, pessoas em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, famílias e indivíduos em vulnerabilidade social, gênero, mulheres vítima de violência doméstica, entre outras temáticas de bastante relevância social.

4. DISCUSSÃO

Os encontros com a Guarda Municipal de Londrina têm se mostrado bastante produtivos, principalmente pelas construções e desconstruções proporcionadas pelos diálogos entre todos os envolvidos no processo.

Para que este processo ocorra de forma organizada e coordenada, iniciamos os encontros pautando a formação de vínculo entre os envolvidos, para isto utilizamos como estratégia uma dinâmica na qual é perguntado para cada agente e capacitador, qual a pessoa foi mais significativa na sua vida. Tal dinâmica é importante na reflexão da trajetória de vida de cada um, além da criação de vínculo entre os que estão ministrando a capacitação e, os Guardas, gerando uma desconstrução de hierarquias, onde cada opinião se faz importante, fazendo com que o encontro não assuma um perfil de palestra, onde uns escutam e outros apenas ouvem, sem interação. Sendo que em qualquer transmissão de conhecimento é necessária a utilização de vários aportes e recursos na mediação de conteúdos que se pretende ministrar (Mallmann, 2010).

Em seguida realizamos uma explanação sobre as dificuldades da atuação profissional na contemporaneidade e suas condições, tendo em vista as subjetividades de cada atuação. Nesta perspectiva Coutinho (2009) pontua que



as mudanças contemporâneas nas formas de trabalho e emprego trazem implicações objetivas e subjetivas, já que a noção de trabalho, tal como coloca Blanch (2003) envolve tanto as condições socioeconômicas nas quais essa atividade humana desenvolve-se, como o significado, o sentido e o valor socioculturais dessa experiência. As condições de trabalho são relativas às circunstâncias nas quais elas ocorrem, já os significados remetem aos diferentes valores e concepções sobre trabalho.

Na subjetividade específica da atuação profissional dos agentes das Guardas Municipais, Baierli (2007) nos coloca que para entendermos e podermos falar sobre a organização do trabalho nas guardas municipais e de seus servidores, é necessário ponderar sobre as características que balizam a vida na contemporaneidade. Uma vez que atravessam de maneira direta o mapa da violência e da criminalidade urbana e consequentemente as políticas públicas de segurança urbana.

A partir desta explanação sobre trabalho e contemporaneidade, assim como a atuação singular da Guarda, os mesmos começaram a trazer muitos conteúdos pessoais de sua atuação na Instituição. Dentre os conteúdos trazidos pelos agentes conseguimos debater assuntos referentes a saúde mental dos Guardas, gênero, racismo, pessoas em situação de rua, homofobia, implementação de políticas sociais, dentre outros temas de bastante relevância e correlacionados com os conteúdos verbalizados.

No segundo momento dos encontros são realizadas divisões dos agentes em subgrupos para uma maior organização de debate entre eles, onde tanto os Guardas

como os capacitadores tem que debater, responder e apresentar as reflexões obtidas em relação as perguntas formuladas pelos capacitadores, sendo que tais perguntas eram:

- **O que me incomoda no meu dia a dia de trabalho?**
- **Qual a minha participação na produção do que me incomoda no dia a dia de trabalho? e**
- **Qual a minha participação na construção de ações positivas para lidar com o que me incomoda no dia a dia de trabalho?**

A metodologia para a utilização destas três perguntas se deu com o objetivo de que os Guardas pudessem refletir sobre a Instituição, seu papel na mesma e como podem melhorar suas atuações e em consequência, a própria instituição.

5. CONCLUSÃO

Iniciamos esta conclusão ressaltando a percepção de que as capacitações da Guarda Municipal de Londrina tem gerado uma desconstrução dentro do efetivo da Instituição da figura dos capacitadores, principalmente os que atuam com temáticas ligadas aos direitos humanos. A proposta de acolhida dos Guardas e a liberdade que sentiram para falarem dos sentimentos de ansiedade que vivenciam no dia a dia, o receio de saírem com família e receberem retaliações por sua atuação profissional, a apreensão as vezes paranoica de estarem sendo seguidos, a realidade de uma profissão que tem que lidar cotidianamente com situações de violência, de imprevisto, de adrenalina, do uso da arma de fogo, entre outros pontos de muito estresse. Além é claro dos sentimentos dissonantes de inaceitação e aceitação de parte da



sociedade que veem suas atuações de maneira pejorativa, preconceituosa e distorcida, pintando-os muitas vezes como monstros, outras como heróis.

Além do visível sentimento de bem estar dos Guardas causado por poderem verbalizar suas aflições e angústias, esta capacitação permitiu que tivéssemos acesso a este importante material trazido pelos agentes e que será de fundamental importância para organizarmos eixos temáticos de discussão para as futuras capacitações.

Como a capacitação da Guarda tem sido bem recebida pela Secretaria de Defesa Social de Londrina, acordamos que os encontros ocorrerão de forma continuada para todo o efetivo da Instituição, ou seja, a proposta é que ela seja permanente, sendo acordado que todos os anos os Guardas passem por estas capacitações continuadas. Está pactuado também que atuaremos nos cursos de formação de novos agentes que ingressarem na Corporação através de concursos públicos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tratativas da capacitação da Corporação ocorreram a partir da morte do jovem Matheus, e foi emocionalmente muito estressantes para todos os envolvidos, muito por conta da situação difícil que se materializava naquele momento. Eu pessoalmente sendo um Psicólogo negro, vindo de periferia adquirir um processo de identificação (e também de generalização) com aquele jovem negro morto. Isto se deu através das notícias que a mídia nos coloca cotidianamente sobre o homicídio de negros no Brasil, dos números assustadores dos mapas da violência publicados no País, de nossa atuação

diária, e é claro das experiências de vida que me doem na carne desde a tenra infância até os dias atuais. Mas na Psicologia e na vida tentamos utilizar a potência que estes eventos traumáticos me trazem, e a morte deste jovem foi mais um destes momentos. A partir de tal fato (e é claro a despeito das medidas criminais em trâmite) precisávamos que este momento e toda potência traumática que ele ensejou tivesse uma destinação e não ficasse catalisada só em revolta, raiva e indignação, sendo que a proposta desta capacitação proporcionou uma possibilidade de diálogo com os agentes da Corporação, iniciando uma oportunidade preventiva para que situações como essas não aconteçam, ou que pelo menos sejam menos incidentes.

7. AGRADECIMENTOS

Agradeço ao jovem Mateus Evangelista, razão deste Projeto existir.

Agradeço a todos Guardas Municipais que participaram conosco destes momentos de bastante troca de experiências e conhecimentos.

Agradeço a Defensora Elisabete e ao Psicólogo Fábio, companheiros de Instituição e trabalho.

Agradeço ao Procurador de Justiça Paulo Tavares, pois foi um dos que estiveram desde o começo conosco nesta jornada.

A todas companheiras do CREAS II, pois sem elas seria impossível estes encontros com os Guardas.

Por fim, agradeço a todos que estão conosco nesta jornada e de alguma forma colaboram com este importante Projeto.

REFERÊNCIAS

1. Baierli, T. C. **Ser Segurança em Tempos**



de Insegurança: Sofrimento Psíquico e Prazer no Trabalho da Guarda Municipal de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2007. Porto Alegre-RS.

2. Blanch, J.M. **Trabajar em la Modernidad Industrial.** In J. M. Blanch (Org.), *Teoría de Las Relaciones Laborales: fundamentos* (pp. 19-148). Barcelona: UOC. Bogdan, 2003.

3. Coutinho, M.C. **Sentidos do Trabalho Contemporâneo: As Trajetórias Identitárias como Estratégia de Investigação.** *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2009, vol. 12, n. 2, pp. 189-202

4. Mallmann, E.M. **Redes e Mediação: Princípios Epistemológicos da Teoria da Rede de Mediadores em Educação.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. n° 54 (2010), pp. 221-241

5. Patrício, L. **Guardas Municipais Brasileiras: Um Panorama Estrutural, Institucional e Identitário** - Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo-SP: Academia.Edu, 2008.



APRENDIZAGEM DE MUSICALIZAÇÃO EM AMBIENTE SIMULADO PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

Apresentação da prática, autoria do texto e desenvolvimento do projeto:
CLODOALDO PORTO FILHO¹

Defensor(a) Público(a) coordenador(a) da prática arquivada na EDEPAR:
Elisabete Aparecida Arruda Silva²



RESUMO

O Projeto almeja oportunizar aos adolescentes e jovens em conflito com a lei novas perspectivas de formação cidadã, pessoal e profissional no segmento musical, que engloba práticas de iniciação e aperfeiçoamento em musicalização e em instrumentos níveis de metais de sopro, cordas e percussão por um período de dezesesseis (16) meses. O público-alvo que visamos atender na formação técnico-profissional metódica participará também de ações que proporcionem que os aprendizes desenvolvam gradativamente a percepção e a sensibilidade musical de forma individual e coletiva, além de garantir-lhes a vinculação em forma de carteira assinada e contrato de trabalho, com alguma das empresas financiadoras desta ação. O referido Projeto visa atender adolescentes e jovens de ambos os sexos de faixa etária de quatorze (14) a vinte e um (21) anos, onde 77% do total de vagas são exclusivas para adolescentes

que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade em unidades de atendimento socioeducativo, sejam elas de semiliberdade ou unidades de internação (considerando a aplicação das medidas socioeducativas prevista no art. 121, § 5º da Lei nº 8.069/90-ECA). Ressaltamos que 33% do total de vagas são para adolescentes e jovens do município de Londrina acompanhados pelo CREAS II – Centro de Referência Especializado de Assistência Social via Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida e/ou adolescentes que se encontram em alguma desproteção social. Para participar do referido Projeto é necessário estar matriculado e frequentando alguma unidade escolar da rede de ensino.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei; Musicalização; Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Durante os atendimentos realizados pela Defensoria Pública do Estado do Paraná - sede Londrina, muitos adolescentes em conflito com a lei pontuaram que a falta

¹ Psicólogo da Defensoria Pública do Estado do Paraná, Mestre em Serviço Social e Política Social; contato: clodoaldo.filho@defensoria.pr.def.br.

² Defensora Pública do Estado do Paraná.

³ Apresentação dos adolescentes do Projeto de Musicalização para os internos do Centro de Socioeducação Londrina 1 no final do ano de 2018.



de perspectiva de inserção no mercado de trabalho era um dos principais motivos para o cometimento de atos infracionais e consequentemente a reincidência. Muitos adolescentes veem nos atos infracionais, como o tráfico, por exemplo, a única possibilidade de oportunização de renda familiar. Nesta perspectiva Jesus (2008), pontua que a associação ao narcotráfico é muitas vezes um dos únicos caminhos que estes jovens conseguem enxergar, senão a única opção que acabam tendo. De certa forma é uma das maneiras que estes jovens encontram para ser “incluídos” na vida social contemporânea, já que os caminhos ditos “legais” ou “normais” de inclusão se encontram vetados para eles. Os adolescentes pontuaram que o preconceito por terem cometido atos infracionais, aliado a baixa escolaridade apresentada pela grande maioria deles lhes parecia quase que um impeditivo definitivo para a inserção no mercado de trabalho.

Aliada a este problemática, outro fator que nos fomentou esta prática se dá na reinserção social dos adolescentes que se encontram privados de liberdade em alguma unidade de internação socioeducativa ou em casas de semiliberdade. Ao sair destas Instituições os mesmos se deparam com as mesmas vulnerabilidades sociais que os levaram a cometer atos infracionais, sejam elas de características econômicas, afetivas, psicológicas, entre outras, ou seja com esta possibilidade de obtenção de uma renda, terem suas carteiras de trabalho registradas por uma empresa, terem seu retorno ao ensino regular efetivado (uma das condições para participarem do Projeto), estes adolescentes tem maiores

condições para lidarem com as vulnerabilidades que quase sempre enfrentaram, além de oportunizar aos mesmos alguma perspectiva de futuro, sendo estas perspectivas de futuro algo que a grande maioria deles não consegue visualizar.

A partir das demandas apresentadas pelos adolescentes, a música foi escolhida como elo das atividades deste novo projeto de vida dos mesmos, entendemos que o ensino musical deveria ser ofertado no ensino regular, pois o processo de musicalização favorece o pensamento lógico, a disciplina, a criatividade e a coletividade.

2. MÉTODO

Para a efetivação deste Projeto, esta Defensoria contou com a parceria de atores que atuam com o sistema socioeducativo, além de outros com a práxis voltada para a profissionalização de adolescentes e jovens. Dentre eles podemos destacar a 2ª Vara da Infância e Juventude de Londrina, CREAS 2 de Londrina, Delegacia Regional do Trabalho de Londrina, Ministério Público do Trabalho do Paraná, Associação Guarda Mirim de Londrina e Unidades de Internação e Semiliberdade situadas em Londrina. Em conjunto com estes colaboradores procuramos empresas parceiras que pudessem fazer estas contratações em regime de jovem aprendiz e ambiente simulado. O ambiente simulado permite que estas empresas contratem estes adolescentes e registrem suas carteiras, garantindo aos mesmos a remuneração, vale transporte e alimentação, além de serem ofertadas aulas de música, cidadania e ambiente



profissional durante a semana (segunda à sexta), pelo período de dezesseis 16 meses. Os adolescentes tem aulas de sopro com instrumentos de metais, percussão e cordas. Inicialmente foram priorizados os adolescentes em cumprimento de medidas de privação de liberdade (até 77% das vagas), também foram ofertadas vagas para adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto e com vulnerabilidades sociais (até 33% das vagas). Esta priorização maior de vagas se deu também pelo fato de que adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade são enquadrados na faixa da alta complexidade pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Após tratativas de aproximadamente um ano, o Projeto foi iniciado em Novembro de 2017 ofertando quinze (15) vagas, ressaltando que em abril de 2018 foram articuladas mais quarenta (40) vagas para início imediato de adolescentes em cumprimento de medidas em privação de liberdade, meio aberto e em desproteção social, sendo que a partir daí o Projeto foi se expandindo e crescendo cada vez mais.

Os adolescentes inseridos no Projeto frequentam diariamente o ambiente da Associação Guarda Mirim de Londrina, onde tomam café da manhã e/ou café da tarde (depende do turno que os mesmos frequentam), participam da musicalização e também lhes é oportunizado o almoço. Os adolescentes tem aprendido inicialmente as técnicas básicas de vários instrumentos, leitura de partituras musicais, aulas de cidadania e educação profissional. As aulas de cidadania e educação profissional visam a manutenção destes adolescentes no mercado de trabalho após os dezesseis (16) meses de contrato com as empresas. Vale

ressaltar que para auxiliar o aprendizado, os adolescentes e educadores produziram um jogo que facilita a compreensão da teoria musical, haja vista que esta é uma das partes mais complexas no ensino de música.

3. RESULTADOS

Atualmente o referido Projeto já oportunizou vagas de trabalho para aproximadamente cento e quarenta (140) adolescentes oriundos do sistema socioeducativo e em vulnerabilidade social, sendo que no presente momento estão inseridos 60 adolescentes, divididos em turmas matutinas e vespertinas.

Em relação a reincidência em novos atos infracionais, o número é de aproximadamente dez por cento (10%) dos aprendizes que adentraram ao Projeto, sendo que 10% também é o número de adolescentes que foram desligados pelas empresas participantes, tanto pelo excesso de faltas, como pelo não cumprimento das condicionalidades acordadas nos contratos.

4. DISCUSSÃO

Além da aprendizagem em música que é extremamente importante e significativa, a questão de ter a garantia de uma renda mensal tem auxiliado na diminuição das vulnerabilidades socioeconômicas dos adolescentes e suas respectivas famílias. De acordo com Frigotto (2006) está crescendo muito o número de jovens que participam de “trabalhos” ou atividades dos mais diferentes tipos como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. Ressaltando que isto não é uma escolha destes jovens, e sim uma imposição cruel do capitalismo que atinge principalmente os mais vulneráveis



economicamente. A carteira de trabalho registrada tem garantido aos aprendizes do Projeto o tão almejado primeiro emprego, assim como uma experiência no mercado de trabalho, que facilitará a oportunidade de vagas de empregos tão logo se desliguem do Projeto.

Os adolescentes que durante o Projeto já tiveram a progressão da medida socioeducativa de privação de liberdade para o meio aberto tem garantido o seu acompanhamento nesta nova fase do processo socioeducativo, o que é de suma importância. Percebemos que a partir deste Projeto podemos visualizar uma maior articulação da rede de proteção de Londrina, cujos atores sociais trabalham com a problemática dos atos infracionais no Município. Esta articulação da Rede auxilia de forma vital no processo de escolarização dos aprendizes, haja vista que existe a obrigatoriedade dos aprendizes estarem matriculados e frequentando a escola, sendo que o acompanhamento escolar realizado pelos atores da Rede é um dos pontos mais destacados neste Projeto.

Buscamos também desconstruir socialmente a visão pejorativa sobre os adolescentes que cometem atos infracionais, demonstrando que a oferta de possibilidades podem auxiliá-los na ruptura deste círculo social vicioso que cada vez mais leva adolescentes ao cometimento de atos infracionais. Dentre eles podemos destacar o tráfico de drogas, uma das mais perversas formas de exploração do trabalho infantil.

Pontuamos que a inserção no mercado de trabalho de adolescentes que cometeram atos infracionais através da perspectiva do ambiente simulado, mais especificamente da música, tem garantido

a estes adolescentes renda, direitos trabalhistas, reinserção no ensino regular e aprendizagem musical, diminuindo a reincidência em atos infracionais ao oportunizar aos mesmos, aporte para lidarem com as vulnerabilidades do presente e garantir perspectivas de futuro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começo estas considerações colocando que inicialmente tivemos algumas dificuldades em virtude de alguns adolescentes e jovens do Projeto terem cometido novos atos infracionais. Tal problemática foi enfrentada pelos parceiros do Projeto, sendo que estes atos infracionais começaram a diminuir por conta de ações como: acompanhamento técnico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (Sede de Londrina) junto aos aprendizes de forma semanal, além de outros atores da Rede de Proteção que atuam com atos infracionais começam a realizar oficinas temáticas juntos aos adolescentes, assim como a equipe técnica que acompanha o cumprimento das medidas socioeducativas em Londrina (CREAS II) estarem ofertando seus atendimentos e acompanhamentos socioeducativos no ambiente da Associação Guarda Mirim de Londrina. Outra parceria importante foi do curso de Psicologia da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), que cedeu estagiários para a realização de oficinas e atividades em grupo com os aprendizes.

Enfatizamos que a partir deste início difícil, pois tratava-se de um trabalho novo, começamos a articular a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente de Londrina, cujos atores sociais trabalham especialmente com a problemática da



criminalidade juvenil, ou seja, percebemos que desarticulados, e cada um com seu fazer não avançaríamos, mas entendemos que juntos conseguiríamos superar estes obstáculos tão comuns quando atuamos com adolescentes altamente vulneráveis.

Por fim destaco aqui que os aprendizes desenvolveram um jogo sobre a aprendizagem da teoria musical, o que mostra o poder de criatividade destes adolescentes, sendo que, quando estes indivíduos tem oportunidades, e mesmo que estas não sejam iguais aos indivíduos provenientes de classes com maior poder aquisitivo, os mesmos se destacam e apresentam um poder de superação que chega a emocionar quem atua com esta temática. Vê-los se apresentar em congressos universitários, simpósios sobre aprendizagem profissional, seminários da Rede de Proteção, entre outros eventos, estão sendo momentos de muita emoção entre os profissionais que sempre estiveram juntos neste Projeto, assim como tem nos tirado lágrimas dos olhos constantemente.

6. AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a todos os adolescentes que conseguiram permanecer no Projeto, assim como os que por algum motivo também não conseguiram seguir este caminho, mas lembrando que sempre estaremos juntos no que eles precisarem.

Agradeço a Defensora Pública Elisabete Aparecida Arruda Silva, que desde o começo deste Projeto estive junto, e a quem posso com carinho chamar de “irmã”.

Agradeço ao Marcelo, Procurador do

Trabalho de Londrina, a quem sempre apoiou e continua apoiando esta causa.

Agradeço a Juliana, Delegada do trabalho de Londrina, sem ela este trabalho não aconteceria.

Agradeço a Associação Guarda Mirim de Londrina, especialmente na figura do Cláudio e da Elisangela, bravos guerreiros que nos momentos mais difíceis do Projeto não se deixaram abater pelas dificuldades.

Agradeço as técnicas do CREAS, Flávia, Carol e Daniely, sem elas não sei se teríamos tido forças para continuar esta jornada.

Agradeço a Juíza Claudia Catafesta, uma das pessoas que mais acreditaram neste Projeto.

Agradeço as empresas que se mostram firmes até hoje no apoio desta causa e trabalho.

Agradeço a Coordenação do Curso de Psicologia da UNOPAR, e é claro aos estagiários que tiveram um comprometimento admirável.

Agradeço aos técnicos e diretores do CENSES e da Semiliberdade de Londrina.

Por fim, agradeço a Nara (minha parceira eterna de Defensoria).

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.
2. BRASIL. SINASE - **Sistema Nacional Socioeducativo**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006. Brasília, DF



3. BRASIL. **SUAS - Sistema Único da Assistência Social.** Governo Federal, 2005. Brasília, DF.

4. FRIGOTTO, G. **Juventude, Trabalho e Educação no Brasil:** Perplexidades, Desafios e Perspectivas. IN: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs). Juventude e sociedade, trabalho, educação, cultura e participação, Instituto Cidadania, 2ª ed, São Paulo: ed Perseu Abramo, 2006.

5. JESUS, T. M. **Juventude Sem direitos:** Olhares e Escutas Sobre os Jovens em um Projeto de Intervenção Socioeducativa. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Universitário Salesiano de São Paulo em 2008. São Paulo –SP.



A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DE UM PLANO REGIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Apresentação da prática e autoria do texto:

MARIANA ARAUJO LEVORATTO¹

Equipe multidisciplinar envolvida:

ANA CAROLINE TEIXEIRA²

Defensor(a) Público(a) coordenador(a) da prática arquivada na EDEPAR:

PATRÍCIA RODRIGUES MENDES³

RESUMO

A violência contra crianças e adolescentes é todo ato ou omissão cometidos por pais, parentes, outras pessoas ou instituições, capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das formas mais danosas de violação da dignidade humana, que pode ocasionar profundas e duradouras marcas, tanto no corpo quanto no universo psíquico do sujeito que a vivencia. É um fenômeno complexo que, muitas vezes, envolve a vítima em um emaranhado de contradições, tendo em vista que, muito comumente o(a) agressor(a) costuma ser um familiar ou pessoa muito próxima da criança ou

adolescente vítima. Além disso, embora provoque a violência, comumente o(a) agressor(a) também desempenha papéis de afeto, proteção e provimento da família. Enfrentar a violência sexual, portanto, implica pensar no conjunto de fatores que envolvem esse complexo fenômeno. No ano 2000 foi lançado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, resultando da preocupação com os direitos humanos e com a proteção ao público infanto-juvenil. O documento, revisado em 2013, define seis eixos estratégicos de ações referentes ao tema da violência sexual contra crianças e adolescentes: (1) prevenção, (2) atenção, (3) defesa e responsabilização, (4) comunicação e mobilização social, (5) participação e protagonismo, (6) estudos e pesquisas.

Palavras-chave: Enfrentamento, violência sexual, crianças e adolescentes.

¹ Psicóloga da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Graduada em Psicologia (2013) e Especialista em Psicologia Clínica: abordagem psicanalítica (2016) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: mariana.levoratto@defensoria.pr.def.br.

² Graduada em Direito pela PUC Paraná em 2008. Defensora Pública do Paraná em 2016, lotada em Guarapuava, atuou na Infância e Juventude e Família, bem como na Casa da Mulher Brasileira, vara de adolescentes em conflito com a lei, e fóruns descentralizados do Boqueirão e do CIC. Colaboradora do NUDIJ. Atualmente, presidente da ADEPAR gestão 2019-2020. E-mail: ana.teixeira@defensoria.pr.def.br.

³ Defensora Pública do Estado do Paraná. Especialista em direito processual civil. Foi membra do Conselho Superior da Defensoria nos biênios de 2015/2017 e 2017/2019. É membra do Conselho Editorial da Edepar. Atualmente, atua na área de infância cível, família e juizado especial criminal. E-mail: patricia.mendes@defensoria.pr.def.br.



1. INTRODUÇÃO

Em Curitiba/Paraná para além do Foro Central, existem cinco Fóruns Descentralizados (Boqueirão, Santa Felicidade, CIC, Pinheirinho e Bairro Novo/Sítio Cercado). Nestes Foros Descentralizados não tramitam processos criminais, pois o foco não é a punição do agressor, mas a proteção da vítima. O agressor será julgado em outras varas especializadas. Já a vítima, é atendida próximo de sua residência, no Fórum Descentralizado, cuja proximidade com os fatos, favorece a apuração do ocorrido e principalmente a proteção da vítima. É a Justiça mais perto e mais acessível à população.

Na regional do Boqueirão - que é composta por quatro bairros, sendo eles Boqueirão, Alto Boqueirão, Xaxim e Hauer - é realizado um trabalho que vem se fortalecendo e é sustentado na compreensão de que quem pode transformar verdadeiramente uma realidade são os sujeitos nela inseridos.

Partindo desta certeza, os caminhos traçados para se chegar à elaboração do “Plano Regional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Boqueirão” foram sendo construídos no próprio percurso e em respeito às decisões coletivas do Grupo como um todo. A construção deste trabalho foi norteada pelos princípios da: (a) historicidade; (b) concreticidade; (c) territorialidade; (d) dialogicidade; (e) sentido de pertença; (f) interinstitucionalidade/intersectorialidade; (g) interdisciplinaridade; (h) planejamento participativo; (i) ações coletivas; (j) qualificação permanente; e (k) amorosidade, tendo como principal objetivo desencadear o protagonismo da

Regional do Boqueirão no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A partir do entendimento da Defensora Pública, do Juiz e do Promotor de Justiça do Fórum Descentralizado do Boqueirão, sobre a necessidade de ações locais mais articuladas e contínuas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, surgiu, em maio de 2017 - em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Contra Crianças e Adolescentes (18 de maio) -, a proposta de encontros com a rede de proteção a fim de propor uma reflexão sobre o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, na perspectiva de sua implementação dentro do espaço territorial do Boqueirão. Uma construção coletiva para um Plano próprio e executável dentro da realidade da regional Boqueirão.

Desde então educadores e diretores de escolas, conselheiros tutelares, trabalhadores da saúde, assistência social, segurança pública, CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil), NUCRIA (Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente - Vítimas de Crimes), entre tantos outros, aderiram ao proposto e passaram a compor o Grupo de Trabalho (GT) do Boqueirão para a construção do referido Plano.

Em apoio ao proposto pelo Promotor de Justiça, Defensora Pública e Juiz de Direito, foi designada equipe de profissionais de Serviço Social, Psicologia e Arquitetura/Urbanismo do MPPR para o assessoramento técnico à iniciativa. No decorrer do processo a assessoria técnica



também contou com o apoio de Psicóloga do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná e de Psicólogos do Núcleo de Apoio Psicossocial (NAP) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) do Fórum Descentralizado do Boqueirão. Em prévia a reunião do GT a equipe de assessoria e as autoridades do Sistema de Justiça, de acordo com os combinados firmados entre os participantes do GT, planejaram e programaram as reuniões subsequentes do GT.

A mobilização para as reuniões para a construção do Plano Regional ocorreram por diversas estratégias, entre as quais: ofício-convite (e não convocação) pelas autoridades do Sistema de Justiça, contatos por telefone, *whatsapp* e visitas às instituições e organizações de referência no atendimento às vítimas de violência.

As reuniões foram realizadas em diferentes locais, indicados pelos próprios participantes do GT, desde que fossem equipamentos instalados na regional. Assim foi possível reconhecer serviços que atendem crianças e adolescentes na região. Foi possível também, a partir desta estratégia, o compartilhamento gradativo de responsabilidades no GT, vez que a cada reunião havia um anfitrião distinto responsável pelo acolhimento no local do encontro.

3. RESULTADOS

Uma média de quarenta (40) pessoas participaram assiduamente da agenda mensal. Para tanto, a metodologia escolhida pela equipe de assessoria e autoridades do Sistema de Justiça foi a de estruturar todos os encontros do GT com a mesma estrutura de programação/pauta:

(1) acolhida; (2) momento de exposição técnica (formação) sobre o tema; (3) construção de etapa do Plano Regional; (4) encaminhamentos; (5) fechamento. Faz-se importante pontuar que ainda que estes tópicos fossem planejados, a dinâmica do grupo por vezes fez com que a pauta e o tempo fossem flexibilizados a fim de acolher a todos.

Para manter a comunicação com todos os participantes, foram utilizadas listas de presença com os contatos, por meio destas foi possível a posterior criação de grupos por *whatsapp* que facilitaram a comunicação. Foram utilizados também formulários eletrônicos a fim de manter o diálogo aberto sobre questões que surgiram durante a construção do Plano.

A partir do terceiro encontro do GT, a fim de direcionar a construção do trabalho, definiu-se pela composição de quatro subgrupos, os quais foram compostos respeitando a escolha espontânea de cada um segundo sua identidade e trajetória de atuação. Buscou-se garantir também uma composição proporcional no número de participantes nos quatro eixos/subgrupos. Atentos à representação e identidade na formação/atuação e/ou vínculo institucional, bem como o engajamento sociopolítico dos participantes no GT, foi assim considerado necessário agrupar dois dos seis eixos do “Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”. Portanto, os quatro eixos do Plano Regional do Boqueirão restaram assim organizados: (1) Comunicação, Mobilização Social, Protagonismo e Participação; (2) Prevenção; (3) Atenção e Pesquisa; (4) Defesa e Responsabilização.

Nesta fase, a metodologia de trabalho passou a ter dois momentos distintos: o



GT (ampliado) mensal com todos os integrantes do grupo; e os quatro subgrupos divididos por eixos. O GT ampliado passou a tratar durante cada um dos encontros das questões referentes a um dos eixos dos subgrupos. Após a acolhida, havia a exposição do tema de um dos eixos, onde um membro do GT ou convidado externo abordou conceitualmente as questões para então serem deliberadas propostas de ações para comporem o Plano Regional.

Além disso, os formulários eletrônicos foram utilizados para o levantamento de ações já realizadas no território no âmbito da violência sexual. Essa introdução preparava os integrantes do GT para votarem as principais ações a serem descritas e executadas na região, no eixo apresentado. Os subgrupos reuniam-se em data posterior à reunião do GT ampliado para detalhamento das ações mais votadas entre todos. Desta maneira todos se envolveram na construção do Plano, partindo de ideias, experiências e necessidades da regional. O mais importante nesta fase foi obter a indicação dos meios de execução e dos responsáveis referenciados para cada uma das ações, visando êxito operacional e aferição de resultados concretos no Plano Regional.

O dia 18 de maio de 2018 foi diferente dos demais, ao menos na Regional Boqueirão. A execução de algumas ações já foram realizadas ou iniciadas no decorrer da construção do Plano, a exemplo da Conferência Livre dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 17 de maio de 2018.

Esta Conferência contou com a participação de 85 adolescentes da Regional do Boqueirão e mais de 100 profissionais. Momento que possibilitou a

construção de diversas propostas, das quais a maioria foi protagonizada pelos próprios adolescentes e que foram incorporadas ao Plano Regional. O Plano de Ações é composto por quatro eixos estruturadores que explicitam os objetivos de cada ação, os gestores responsáveis, resultados esperados, produtos, etapas e, conforme o caso, parcerias para sua realização. O documento - que encontra-se em vias de publicação - visa traduzir de forma pragmática os desafios identificados pelos seus integrantes, as questões pertinentes e as respectivas respostas, por meio de ações pactuadas coletivamente.

O marco de monitoramento de cada ciclo anual deve ocorrer durante o mês de maio de cada ano, preferencialmente em conferência regional - uma das ações programadas - vinculada aos eventos que tratam do tema, como por exemplo, durante a semana de 18 de maio - estabelecido como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

4. DISCUSSÃO

A Constituição Federal prevê, em seu art. 134 que cabe à Defensoria Pública, dentre outras funções, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos necessitados. Apesar disso, no Estado do Paraná, a Defensoria Pública só veio a ser regulamentada em 2011 e sua implementação no Estado tem se dado de forma lenta.

Considerando os poucos defensores públicos em exercício desde o primeiro concurso, a escolha institucional a respeito das áreas de atuação não poderia ser diferente: em todos os locais em que a



Defensoria Pública foi instalada, iniciou-se a atuação na área de infância, garantindo a prioridade absoluta prevista no art. 227 da Constituição Federal. Nesta atuação, os casos de suspeita ou confirmação de violência sexual contra crianças e adolescente são inúmeros. O trabalho da Defensoria Pública nesses casos é fundamental, seja porque auxilia no esclarecimento dos fatos e identificação dos supostos agressores, seja por que dá voz, processualmente falando, aos envolvidos, especialmente ao núcleo familiar em questão. Nesse sentido, usualmente, as ações para aplicação de medida protetiva são propostas sem que se tenha, ainda, clareza a respeito da ocorrência ou não do abuso e de seu responsável. A partir da atuação da Defensoria Pública, é possível a condução de um processo com ampla defesa e contraditório, o que aumenta as chances de que seja um processo equilibrado e com resultados adequados para as partes, com uma solução que atenda o superior interesse da criança e do adolescente.

O trabalho nestes casos, por sua natureza, acaba por gerar grande incômodo. De um lado, observa-se os efeitos deletérios da violência sexual contra crianças e adolescentes; de outro, é evidente a necessidade de que se aja de forma rápida e eficiente para que os fatos sejam devidamente esclarecidos e os efetivos agressores sejam afastados, garantido o direito à convivência familiar e comunitária das vítimas. Soma-se a isso a publicação da Lei nº 13.431/2017, com um ano de *vacatio legis*, que obriga toda a rede protetiva e o Sistema de Justiça a repensar a forma como lida com a violência contra crianças e adolescentes. A lei trouxe a necessidade de adoção de um

procedimento especial para apuração de violências, bem como previu um tipo de violência que sempre foi conhecida, mas que ainda não estava listada em lei: a violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização (art. 4º, IV).

Assim, é papel da Defensoria Pública a defesa dos interesses individuais e coletivos de crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados, seja por conduta própria, como no presente caso, seja por ação ou omissão do Estado ou de terceiros.

No que concerne ao papel da Defensoria, a proximidade com os usuários, propiciada pela atuação num Foro Descentralizado como o Boqueirão, garante um atendimento cauteloso e célere, viabilizando que sejam tomadas medidas a fim de garantir que a criança fique no seio de sua família natural ou extensa, mas afastada do suposto agressor.

Para cumprir as funções e missão da Defensoria Pública, fundamental se faz o contato constante e direto com a comunidade e com a rede de proteção. Não há atuação na infância que propicie bons resultados e garanta efetividade, que não seja dando voz à comunidade e à rede. A articulação é essencial e tem previsão expressa no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

O plano atende previsão expressa do ECA ao tratar das políticas públicas, prevendo como uma das ações:

“Art. 70-A. VI - a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.”



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de um espaço de debate e produção de ações para combater a violência, abuso e exploração sexual, o plano tem sido um grande aprendizado. Através dele se pode ver o potencial de mobilização das escolas, da saúde, da assistência social, dos adolescentes, da comunidade, do sistema de justiça, dos conselhos, entre outros atores.

Ainda neste contexto, a metodologia adotada no desenvolvimento do presente projeto possibilitou que as Defensoras Públicas do Foro Descentralizado do Boqueirão e a Psicóloga do CAM pudessem se capacitar, ao lado de todos os demais integrantes da rede protetiva, para compreender melhor a violência sexual, seus motivos, suas consequências e formas de enfrentá-la. Mais do que isso, todos nós tivemos a oportunidade de nos conscientizar a respeito da imprescindibilidade de agirmos como verdadeira rede de proteção, de forma concertada e conjunta, com vistas a evitar a revitimização e a violência institucional. Para além da qualificação de toda a rede, o desenvolvimento do plano incluiu a discussão e pactuação de ações com vistas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Não apenas falamos das vítimas em potencial, mas com elas, uma vez que uma das ações foi a realização de conferência livre na Regional do Boqueirão, com a participação de diversos adolescentes.

A coesão e harmonia do grupo se deu por uma razão: todos, independentemente da área de atuação, almejam dar um futuro melhor à infância e à juventude no Brasil, zelando pela integridade das crianças e dos adolescentes, cumprindo a determinação contida no art. 4º, do ECA.

5. REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.
2. BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988.



A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA E DO SERVIÇO SOCIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ NA GARANTIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS À EDUCAÇÃO DE CAMPO

Apresentação da prática, autoria do texto e desenvolvimento do projeto:

MARIANA ARAUJO LEVORATTO¹

NATÁLIA LUERSEN MOREIRA²

Defensor(a) Público(a) coordenador(a) da prática arquivada na EDEPAR:

MARCELO LUCENA DINIZ³

RESUMO

O Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em seu Art. 3º, inciso I compreende Povos e Comunidades Tradicionais enquanto

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão os indígenas, quilombolas, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, cipozeiros, benzedeiros, ciganos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, pescadores artesanais, marisqueiras, varjeiros, jangadeiros, açorianos, pantaneiros, caatingueiros, entre outros. Tais grupos sociais vivem em estreita interação com o ambiente natural e cultural, reconhecendo-se como pertencentes ao meio (território) e adotando práticas juridicamente

consensuadas pelo grupo social. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁴, as Comunidades Tradicionais constituem aproximadamente 5 milhões de brasileiros e ocupam ¼ do território nacional. Por seus processos históricos e condições específicas de pobreza e desigualdade, acabaram vivendo em isolamento geográfico e/ou cultural, tendo pouco acesso às políticas públicas de cunho universal, o que lhes colocou em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, além de serem alvos de discriminação racial, étnica e religiosa.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais, garantia, educação.

2. INTRODUÇÃO

Ao início do ano letivo de 2018 foi interrompido o funcionamento da Escola Estadual de Campo de Ensino Fundamental Jorge Dias, localizada na comunidade tradicional denominada Sibui, no município de Guaraqueçaba/Paraná. Alguns alunos que frequentavam esta escola passaram a frequentar o Colégio Estadual do Campo

¹ Psicóloga da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Graduada em Psicologia (2013) e Especialista em Psicologia Clínica: abordagem psicanalítica (2016) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: mariana.levoratto@defensoria.pr.def.br.

² Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Graduada em Serviço Social (2007) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: natalia.m@defensoria.pr.def.br.

³ Defensor Público do Estado do Paraná.

⁴ Fonte: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>



Ismael Xavier Chagas de Tibicanga e alguns alunos deixaram de frequentar a escola.

Diante desta questão, o Defensor Público Coordenador do Núcleo de Infância e Juventude (NUDIJ) da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR), Dr. Marcelo Lucena Diniz solicitou a realização de documento psicológico e social a fim de compreender se as famílias e alunos concordaram (ou não) com a mudança de escola e de que maneira o fechamento da Escola Jorge Dias ocorreu e (se) impactou a vida destes alunos e suas famílias.

3. MÉTODO

A Psicóloga Mariana Levoratto e a Assistente Social Natália Luersen Moreira foram até a Comunidade. A partir do reconhecimento do local e entrevista psicológica e social com as crianças e adolescentes e com seus responsáveis, elaboraram um Parecer com a finalidade e analisar o problema apresentado, destacando os aspectos relevantes e opinar a respeito, com fundamento em referencial teórico-científico, a fim de instruir possível processo judicial acerca da questão.

• Localidade e Comunidade

A comunidade do Sibui pertence ao Vale do Rio dos Patos, localizada no continente, no município de Guaraqueçaba, integrante do Parque Nacional do Superagui (a partir da ampliação do PNS no ano de 1997⁵).

A população local é conhecida como caicara (miscigenação entre povos relacionados aos Sambaquis, Índios Carijós, por populações negras e européias) e/ou como pescadores artesanais⁶.

Sibui fica a aproximadamente 1h10min de barco (“voadeira rápida”) de Guaraqueçaba. Só sendo possível o acesso por água, como é possível notar no mapa das comunidades tradicionais de Guaraqueçaba - PR (anexo 1).

Em Sibui residem 18 famílias, todas parentes entre si. Todas as famílias se consideram pescadores artesanais e obtêm sua subsistência total ou parcial, através da pesca. Ao realizar o Reconhecimento da comunidade, as profissionais conversaram com alguns moradores locais que relataram sobre o cotidiano e a história da comunidade. Informaram que não há comércio ou serviços próximo e que se dirigem à Guaraqueçaba ou à Paranaguá para fazer compras. Sobre o serviço médico, contaram que sempre que alguém precisa de algo vai até Guaraqueçaba, pois lá tem um hospital. Mas que mesmo assim não supre todas as necessidades, muitas vezes encaminhando para atendimento em Paranaguá. Ainda sobre a assistência médica, relataram que há um menino, aluno da Escola Municipal que sofre de epilepsia. Que o mesmo faz tratamento, mas que mesmo assim seus ataques epiléticos são frequentes.

⁵ O Parque Nacional do Superagui (PNS) foi criado pelo Decreto 97.688/1989, incluindo apenas a Ilha das Peças e de Superagui. Em 1997 foi incluída o Vale do Rio dos Patos pela Lei nº 9513/97, situado no continente.

⁶ “Essas categorias identitárias não são excludentes entre si, sendo acionadas concomitantemente pelos nativos; em comum há o fato de todas trazerem em si a ideia de pertencimento a uma determinada região e uma rede ampla de relações, bem como de antiguidade na ocupação dos espaços e de um modo de vida próprio: caracterizado por uma vinculação singular entre atividades econômicas, os saberes coletivos e as representações e simbolizações em torno do ambiente bio-físico circundante, que é profundamente conhecido pelos sujeitos locais; sendo este conhecimento localizado, justamente, o que os torna eficientes em suas atividades, mesmo dispondo de baixa tecnologia para a sua realização.” (Ramos, Luciana. Nota técnica Antropologia nº 04. Os conflitos, a percepção e a participação das comunidades afetadas pelo Parque Nacional de Superagui nos estudos de diagnóstico voltados à composição do Plano de gestão do Parque. 2015).



Que, apesar da tenra idade, o mesmo já consegue prever quando está prestes a ter um ataque. Verbalizaram pensar que ajudaria se houvesse mais algum professor ou auxílio em sala de aula por conta dessa questão de saúde do aluno.

A maneira como organizam suas rotinas; como percebem o tempo é organizada a partir do ciclo da maré. Uma moradora relatou sobre algumas das diferenças que possuem no dia a dia por conta da ausência de energia elétrica. Que a comida é sempre feita para ser consumida no próprio dia, no máximo em um dia e meio. Sem energia elétrica não há a possibilidade de guardar os alimentos refrigerados a fim de que possam ser consumidos em um maior prazo de tempo. Assim, a comida nesta comunidade tradicional precisa ser sempre fresca.

Com as restrições ambientais, a comunidade tradicional teve que reorganizar seus métodos de vida, e aprender novas formas de manter a subsistência das famílias. Um morador exemplificou a situação com a tainha, que tradicionalmente costumavam pescá-la com o cerco (uma espécie de armadilha), e com o caranguejo, que tradicionalmente costumavam pegá-los com um laço, porém ambas modalidades são proibidas. Quanto aos caranguejos, discorreu sobre como para pegá-los com o laço costumavam pegar dois galhinhos de árvore, porém como a área é de preservação, são proibidos de utilizar tal técnica, lhes restando uma técnica em que fazem um buraco grande no mangue em que disse ser um risco alguém quebrar a perna. Que a época do caranguejo é entre 1º de dezembro até 15 de março e com o dinheiro da venda do caranguejo conseguem sobreviver ao inverno.

Que durante os meses de inverno costumam pescar somente para sobreviver.

A comunidade sofre com as intervenções da fiscalização ambiental, que utilizam a truculência e o desconhecimento dos pescadores. Uma moradora nos informou que a partir do acesso que tiveram a professores universitários que realizam pesquisas/trabalhos locais, começaram a aprender sobre seus direitos e lutar por eles. E que atualmente a polícia ambiental não faz mais o que fazia antigamente, prejudicando os pescadores.

• **Organização das famílias e da moradia**

As famílias entrevistadas residem em diferentes localidades do município de Guaraqueçaba, sendo duas na comunidade de Sibui, uma em Canudal, e uma em Santa Rita.

As referidas famílias têm características comuns, como o formato nuclear (pais e filhos) e o fato de todos obterem renda através da pesca artesanal. Possuem de quatro (4) a oito (8) membros.

Em relação às características de moradia, observamos que todas as quatro famílias residem em casas, sendo duas de madeira, sem banheiro, e outras duas de alvenaria. Ressalta-se que os meios de vida locais não podem ser comparados com o contexto social vivenciado na zona urbana, sendo a falta de banheiro algo que não representa um problema grave.

Na Ilha do Canudal, uma das famílias discorreu sobre a péssima condição do trapiche (anexo 2). Contou que as madeiras foram doadas para que os próprios moradores pudessem construir o trapiche. Disse que a prefeitura aplicou uma multa de 100 mil reais por conta das madeiras doadas e que por isso os moradores não arrumam ou refazem o



trapiche. Que há seis ou sete anos cobram da prefeitura uma obra no trapiche em vão.

A situação de moradia das duas outras famílias é mais confortável, residindo em casa de alvenaria, com banheiro.

Nenhuma das famílias entrevistadas têm acesso à rede de energia elétrica. A energia que possuem, é obtida através da luz solar, a partir de placas fotovoltaicas (beneficiados pelo programa federal Luz Para Todos), ou de geradores a combustível. Rotineiramente convivem sem energia, utilizando somente em algumas ocasiões.

As famílias utilizam água encanada, proveniente das cachoeiras locais.

• Condições de Subsistência

Todas as famílias entrevistadas mantêm ou complementa sua subsistência através da pesca. Não só os adultos, mas as crianças e adolescentes também participam diariamente das atividades de pesca. O produto da pesca é vendido a um morador local, que revende no município de Paranaguá.

Em uma das famílias, um dos membros é funcionário público, exercendo a função de piloto do barco escolar (anexo 3), e, neste caso, a esposa e os filhos pescam.

Os demais produtos que necessitam, compram em Guaraqueçaba ou Paranaguá. Alguns tem frutas plantadas no quintal, e todos informaram com unanimidade sobre a dificuldade com a proibição ambiental para cultivarem produtos em “roças”.

Uma família informou que a renda

proveniente da pesca é baixa e que precisa complementar a renda com outras atividades, como a manutenção de barcos, enfatizando que esta também é uma das atividades que os caracterizam como “pescadores artesanais”.

Todas as famílias entrevistadas são beneficiárias do Programa Bolsa Família, recebendo benefícios que variam de R\$ 311,00 a R\$ 536,00. No momento desta entrevista, as famílias estavam com o benefício suspenso em virtude de estarem recebendo Seguro Defeso⁷.

Assim, foi observado que as características de vida local são peculiares, e, levando-se em conta o contexto, seus sujeitos sociais, a maneira como compreendem o tempo, o espaço e as necessidades, se torna inadequado fazer uma comparação com o conceito que é aplicado em demais organizações sociais sobre “condições sociais”. O que se é possível afirmar é que todos vivem em condições de dignidade, não apresentam, por exemplo, situação de fome/ miséria/ exclusão social por falta de acesso a bens⁷.

• A Escola

A Escola Estadual do Campo de Sibui – José Dias foi criada em 2010, a partir do resultado das lutas da comunidade para efetivar o direito à educação de seis comunidades próximas à Sibui, onde vivem cerca de 80 famílias: Sibui, Canudal Abacateiro, Rita, Varadouro e Vila Fátima (SOUZA, 2015).

A proposta da Escola é a oferta de Educação do Campo para as séries finais do Ensino Fundamental, atendendo a

⁷ Seguro Defeso é um benefício concedido aos pescadores artesanais que ficam proibidos de pescar durante o período de defeso de algumas espécies. O benefício é concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e seu valor é de um salário-mínimo, pago durante todo o período do defeso se limitando até 5 meses. Com o Decreto nº 8.424 de 31 de março de 2015 e a regulamentação da Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, as famílias de pescadores artesanais que fazem parte do programa Bolsa Família, terão seu benefício do PBF suspenso durante o período de recebimento do Seguro Defeso.

⁸ Importante considerar que esta é a impressão a partir de um contato superficial, e conclusões aprofundadas necessitam maior tempo de trabalho de campo.



faixa etária de 11 a 15 anos.

A escola funciona no espaço cedido pela Associação de Moradores (anexo 4), que se configura por uma casa, cujo banheiro está em edificação pela própria comunidade. Os moradores explicaram que os alunos utilizavam o banheiro e refeitório da escola municipal, a alguns metros de distância, enfatizando que isto não configurava um problema para eles. Pontuaram também, que irão iniciar uma obra a fim de construir um banheiro próprio na Associação, para que seja utilizado quando a Escola reabrir.

Os conflitos gerados pela ameaça de fechamento da Escola Estadual Jorge Dias não são uma novidade para as comunidades envolvidas. Membros da comunidade relataram que em 2015 tiveram dificuldades com o Núcleo Regional de Educação (NRE) pelo mesmo motivo, momento que a DPPR os representou judicialmente.

- **Informação prévia sobre suspensão das aulas**

Quando perguntado às famílias como se deu a comunicação acerca da suspensão das aulas na Escola Estadual Jorge Dias, informaram que não houve uma consulta ou informação prévia aos pais sobre o assunto. Todos souberam no mês de fevereiro de 2018, no início do ano letivo. Duas das famílias foram informados pela pessoa que ocupava o cargo de Diretor da escola, que os comunicou que estava deixando o posto. Outra família soube através de outros moradores locais. E a outra família soube através de um profissional do NRE, que os visitou informando sobre a necessidade em realizar a matrícula em outra escola. Quando souberam que a saída do Diretor poderia ocasionar o fechamento da escola,

organizaram um abaixo assinado para indicar um diretor escolhido pela comunidade, o que consideram ser seu direito enquanto comunidade tradicional de pescadores que possui uma Escola de Campo. Esta escolha não foi considerada pelo NRE, que indicou o antigo Diretor para assumir o posto. A comunidade não aceitou, pois acreditou que poderia haver o risco de nova renúncia ao posto, gerando, novamente, a ameaça de fechamento da escola.

As famílias relataram que os profissionais do NRE visitaram suas casas informando sobre a suspensão das aulas na Escola Estadual Jorge Dias e coletando informações para preenchimento dos formulários de matrícula para outra escola em Tibicanga. Contaram que foram surpreendidos e que se sentiram pressionados com a informação do NRE sobre a possibilidade de corte no benefício do Programa Bolsa Família (considere-se que o valor é imprescindível na renda familiar).

Apesar de terem matriculado seus filhos, dois adolescentes não estão frequentando a escola, por decisão de seus pais, por motivos expostos mais adiante.

- **Motivo do Fechamento**

Todas as famílias afirmaram que tem a informação de que a escola foi fechada em virtude da falta de Diretor. Uma das famílias participou de uma audiência pública realizada em Guaraqueçaba no mês de abril de 2018, com a presença do NRE, e disse que entendeu que o real motivo do fechamento da escola é o baixo número de alunos.

Informaram que a escola sempre funcionou com número similar de alunos, e que sabem, através do contato com a comunidade, que para o próximo ano



seriam matriculados 9 alunos.

- **Pontos positivos e pontos negativos sobre o fechamento da Escola**

Os pais não identificaram nenhum ponto positivo com o fechamento da Escola Estadual Jorge Dias. Os argumentos utilizados pelo NRE na audiência pública de 16 de abril de 2018 foi que a mudança para uma escola com mais crianças/adolescentes favorece a socialização e os alunos frequentariam uma escola com melhor estrutura. Entretanto todos os pais demonstraram preocupação com a distância da Escola em Tibicanga. Falaram sobre a exposição das crianças às condições climáticas: frio, serração; às condições da maré. Duas das famílias falaram sobre a rede de proteção existente na comunidade do Sibui, e sua insegurança em enviar para uma escola com muitos alunos, em uma comunidade que não identificam esta rede de proteção. Todos esses motivos, para eles, seriam mais relevantes do que a estrutura escolar ou as condições de socialização. Duas das famílias também informaram da sua preocupação para os anos seguintes, quando outros filhos vão ingressar no 5º ano, e estar expostos aos riscos que identificam para seus filhos atualmente.

4. DISCUSSÃO

Todas as famílias indicaram desejar a reabertura da Escola Estadual Jorge Dias. Uma das famílias ainda citou a necessidade na formação dos professores para ensinar a educação do campo integrado com a comunidade, e que tenham a compreensão de que são uma comunidade tradicional, com necessidade específicas.

- **Diálogo entre a Política de Educação e a comunidade**

As famílias foram questionadas sobre como se dava o diálogo entre o NRE, e entre os professores e a comunidade. Três das famílias identificaram que existia o diálogo entre professores e os pais dos alunos, com intuito de relatar sobre o desempenho escolar dos alunos. Uma das famílias informou que o contato entre a direção da escola e a família era com objetivo de prestação de contas do recurso financeiro que a escola recebe, através da participação no Conselho Escolar.

Uma das famílias informou que não havia diálogo entre o NRE e as famílias, e que o contato era utilizado para repasse das decisões, identificando essa atitude como uma imposição.

Informaram que nunca participaram da construção do currículo escolar, da indicação de diretor - quando fizeram o NRE não acatou a decisão da comunidade, ou qualquer outra decisão que envolvesse o ensino.

Importante ressaltar que duas das famílias elencaram em seus diálogos, conhecimento sobre a legislação sobre Comunidades Tradicionais e sobre Educação do Campo, e estas adotaram posturas mais críticas, considerando como “espaço de diálogo”, o espaço fala e escuta, não somente o repasse de informações.

As famílias foram questionadas se os saberes tradicionais eram ensinados aos seus filhos, e todas responderam que percebiam que seus filhos recebiam ensinamentos sobre pesca. Uma das famílias informou que acredita que a construção desses ensinamentos deveria ser em conjunto com a comunidade, já que acredita que a cultura local deve ser difundida. Uma delas informou que não são somente pescadores, e que há outros ensinamentos sobre o modo de viver que



devem ser contemplados.

- **O futuro das crianças e adolescentes**

Foi perguntado aos pais, como eles veem seus filhos no futuro. Todos informaram que gostariam que continuassem estudando para ter uma formação.

Uma das famílias relatou que gostaria que o filho tivesse a oportunidade de optar por um trabalho mais leve, pois a pesca é muito desgastante. Duas famílias sugeriram a profissão de professor para seus filhos. Outra família enfatizou que gostaria que o filho estudasse para aprimorar seu conhecimento na pesca e permanecesse na comunidade. Citou vários conhecidos que foram morar nas periferias de Paranaguá e passam por dificuldades.

Este desejo sobre a “formação” dos filhos, ou seja, sobre a continuidade do estudo, demonstra que valorizam a escolarização e, provavelmente, há um incentivo para tal. Este se torna um dado importante, considerando que os pais entrevistados têm escolaridade máxima de Ensino Fundamental incompleto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos numa nova geração de direitos: a do respeito à diversidade. Precisamos falar da qualidade social da educação; de propostas que dialoguem com a realidade e o contexto de cada região. É necessário envolver a comunidade no planejamento, execução e avaliação da sua escola e considerar a diversidade como parte da solução e não do problema para que todos possam compreender o mundo a partir da realidade em que estão inseridos

O conflito pela manutenção e permanência da Escola Estadual Jorge Dias é algo que tem sido recorrente ao longo dos anos para as comunidades de

pescadores artesanais. Ao mesmo tempo, que a comunidade empenha-se em garantir que a Escola permaneça, a partir dos meios que dispõe, seja edificando sua sede, seja buscando apoio em instituições que lhes deem visibilidade, não há demonstração de contrapartida da Secretaria Estadual de Educação.

A comunidade demonstrou que valoriza a educação de seus filhos, e que, a partir do reconhecimento dos seus direitos, não acata decisões unilaterais, que prejudiquem os seus. Afirmaram seu interesse na continuidade do funcionamento da Escola Estadual Jorge Dias, e, além disso, da criação de um espaço de diálogo entre Secretaria de Estado de Educação e comunidade.

A possibilidade do trabalho interdisciplinar - do diálogo de profissões diferentes (Direito, Psicologia e Serviço Social) e construção de um trabalho com o mesmo propósito fim - existente na Defensoria Pública do Estado do Paraná é o que qualifica a Instituição e a diferencia de uma mera assistência jurídica.

A atuação interdisciplinar visa compreender a situação como um todo, analisando não somente as questões jurídicas existentes na demanda, como também as questões psíquicas e sociais. Sendo possível assim vislumbrar caminhos para as soluções muito mais qualificados que o simples argumento jurídico. A partir desta construção interdisciplinar, foi possível - a partir da judicialização da questão - a reabertura da Escola Estadual de Campo de Ensino Fundamental Jorge Dias.

Institucionalmente a vitória não se dá somente pelos direitos reconhecidos destes sujeitos, mas também pela possibilidade desta (ainda bastante



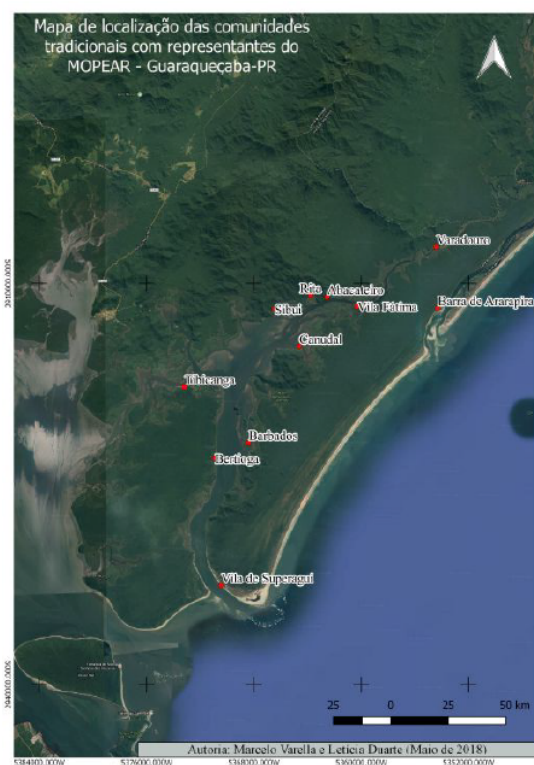
recente) forma de atuação dentro do Sistema Judiciário - que pode passar a olhar e considerar questões de outros saberes a fim de sustentar suas decisões.

REFERÊNCIAS

1. RAMOS, Luciana. **Os conflitos, a percepção e a participação das comunidades afetadas pelo Parque Nacional de Superagui nos estudos de diagnóstico voltados à composição do Plano de gestão do Parque.** Nota técnica Antropologia nº 04. Procuradoria da República no Município de Londrina, 2015
2. SOUZA, Roberto Martins. **Parecer sobre fechamento da Escola Estadual do campo de Sibui - José Dias.** 2015.



ANEXOS



ANEXO 1 (Mapa de localização das comunidades tradicionais de Guaraqueçaba - PR)



ANEXO 2 (Trapiche da Ilha do Canudal)



ANEXO 3 (Barco Escolar)



ANEXO 4 (A escola funciona neste espaço cedido pela Associação de Moradores)



ESCUITA E ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE SUJEITOS ACUSADOS DE PRÁTICAS DELITUOSAS ANTES DE SEU INTERROGATÓRIO

Apresentação da prática, autoria do texto e desenvolvimento do projeto:
FERNANDO REDEDE RODRIGUES¹
MARIANA ARAUJO LEVORATTO²

Defensor(a) Público(a) coordenador(a) da prática arquivada na EDEPAR:
FERNANDO REDEDE RODRIGUES

RESUMO

Em 24 de março de 2017 ocorreu uma primeira reunião entre a Psicóloga Mariana Levoratto e o Defensor Público Fernando Redede na Vara de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Curitiba. A Psicóloga buscou o Defensor Público a partir do desejo de conhecer o processo criminal de sujeitos acusados de crimes sexuais contra crianças. Prévio ao ingresso na Defensoria Pública, a Psicóloga já havia atuado - enquanto estagiária - na Penitenciária Central do Estado durante os anos de 2012 e 2013, ocasião em que começou a se interessar, teoricamente, pela questão da agressão sexual contra crianças. No momento desta primeira reunião iniciou-se, mesmo que ainda sem ser nomeada, a primeira etapa do Projeto "Escuta e atendimento psicológico de sujeitos acusados de práticas delituosas antes de seu interrogatório": a etapa diagnóstica. De março a julho de 2017 a Psicóloga estudou processos e Acompanhou audiências da Vara com o Defensor Público. Houve um diálogo contínuo no intuito de compreender de que maneira seria não só possível, mas

também útil a atuação da Psicologia neste contexto criminal.

Palavras-chave: Atendimento psicológico, acusados, delitos.

1.INTRODUÇÃO

O projeto teve seu início formal em 17 de agosto de 2017 com uma reunião na Vara de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos.

Estabeleceu-se que a partir da citação do réu, quando o mesmo procurar a Defensoria na Vara, será atendido pelo Defensor Público Fernando Redede ou por seus estagiários de Direito. Durante este primeiro atendimento, é explicado ao sujeito sobre sua situação jurídica, sobre quais serão as próximas etapas de seu processo criminal e sobre que condutas e cuidados ele precisa adotar. Durante este atendimento, é entregue um encaminhamento com um agendamento com a Psicóloga Mariana Levoratto. Os atendimentos com a Psicóloga são realizados na Sede Central da Defensoria Pública em Curitiba. O primeiro atendimento realizado pela Psicóloga deu-se em 22 de agosto de 2017, desde então,

¹ Defensor Público do Estado do Paraná. Possui Graduação em Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2010), com habilitação em Direito do Estado, e Especialização em Direito pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná (2012). Atualmente é Defensor Público do Estado na Defensoria Pública do Estado do Paraná, com atuação na defesa criminal na Vara Especializada de Infrações Penais contra Crianças, Adolescente e Idosos de Curitiba. e-mail: fernando.redede@defensoria.pr.def.br.

² Psicóloga da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Graduada em Psicologia (2013) e Especialista em Psicologia Clínica: abordagem psicanalítica (2016) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: mariana.levoratto@defensoria.pr.def.br



até o dia 18 de fevereiro de 2019, foram escutados oitenta e cinco (85) réus. Ressaltamos que durante dezesseis (16) meses os adolescentes tem remuneração e carteira de trabalho registrada pelas empresas envolvidas no Projeto. Inicialmente, foram agendados atendimentos semanais, durante as três primeiras semanas do mês, restando um encontro na última semana do mês para uma reunião da Psicóloga com o Defensor Público sobre os atendimentos realizados e o andamento do Projeto. Caracterizou-se essa fase inicial do Projeto, enquanto Etapa Piloto. Durante esta etapa, foram realizadas as escutas de 12 réus pela Psicóloga, sendo elaborados relatórios para cada um dos processos, com o relato das escutas realizadas e considerações da Psicóloga sobre os casos.

Todos os sujeitos réus, que tiveram um horário agendado com a Psicóloga, compareceram e foram escutados. Todos os sujeitos convidados a serem escutados pela Psicóloga aceitaram o atendimento e falaram de si e dos fatos com tranquilidade. Todos os sujeitos puderam ser ambientados sobre o funcionamento da “máquina judiciária”. Foi possibilitado que todos os sujeitos escutados participassem da construção de sua defesa; que se responsabilizassem por aquilo que estão sendo acusados e trouxessem informações sobre si e sobre os fatos que guiasse o caminho para a construção de sua defesa.

2. MÉTODO

O Projeto propõe-se a alterar a cena jurídica, no sentido de que o réu não surge mais somente ao prestar seu depoimento em juízo após ter sido intimado ou entregar uma relação com

nome e endereços de testemunhas. A partir da lógica deste Projeto, o réu se torna parte de seu próprio processo a partir do momento em que é citado e busca a Defensoria Pública. O fato dos réus receberem a citação, lhes informando sobre a acusação, não garante que eles tenham compreendido, com a plenitude necessária, a informação contida na ordem judicial. Dizer algo a alguém não garante que esse alguém compreendeu o que lhe foi dito. Sabemos o que dizemos, mas nunca sabemos o que o outro compreendeu disso. O saber é da ordem de uma elaboração pessoal, de algo a ser estabelecido e tecido pelo sujeito.

Ter acesso à informação não é o mesmo que deter conhecimento. Assim, faz-se necessário que, para além da informação, o sujeito possa ter um espaço para questionamentos e um tempo de formulação, onde possa compreender o que lhe foi dito e assim detenha conhecimento sobre o que irá lhe acometer. É esse momento que o Projeto promove. Um espaço para que o réu se torne parte ativa de seu próprio processo. Para que compreenda o como se desenvolve o processo criminal, o que já ocorreu até então para que esteja nesta posição e o que irá acontecer daqui em diante e quais as consequências que pode vir a sofrer, evitar ou minorar.

A partir desta posição de saber sobre seu próprio processo é que o réu é escutado, no intuito de também construir sua própria defesa jurídica. É um trabalho de assujeitamento destes réus, que ganham um lugar nesta cena jurídica para além do espaço de provas processuais.

Foi possível concluir que o Projeto Piloto provou a valia desta nova forma de atuação da Psicologia junto ao Setor



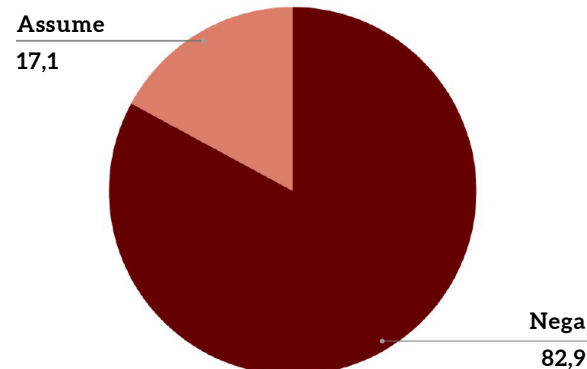
Criminal e que a continuidade do Projeto seria benéfica a esta Defensoria Pública, propiciando maior integralidade nos serviços prestados aos usuários. Em seguimento ao Projeto Piloto, em reunião no dia 16 de janeiro de 2018, estipulou-se pela expansão dos atendimentos para todos os sujeitos que buscassem a Defensoria da Vara.

Nenhum dos processos em que o sujeito réu foi escutado pela Psicóloga transitou em julgado até agora. Por assim ser, ainda não é possível uma análise completa da valia processual desta intervenção da Psicologia, porém, a partir dos atendimentos realizados, já é possível o apontamento de algumas constatações, como também uma análise dos dados que os atendimentos fornecem e o que estes dados dizem sobre esta amostra de assistidos desta Defensoria Pública.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Frente uma acusação sempre há somente duas possibilidades: negar ou assumir, ainda que parcialmente (o que importa em negar parcela da acusação). Foi escutada, pela Psicóloga, a maneira a qual estes 85 sujeitos réus se posicionavam frente a acusação que sofreram. No gráfico abaixo é possível observar uma comparação percentual destas duas possibilidades de posicionamento. O gráfico auxilia - enquanto recurso visual - a evidenciar o como a maioria (82,9%) dos sujeitos acusados de terem cometido um crime contra uma criança e/ou adolescente, negam a totalidade da acusação. Porém faz-se importante também notarmos a porcentagem significativa de sujeitos que assumem (17,1%) terem cometido um ato ilícito contra crianças e/ou adolescentes.

Contagem de Posicionamento



O presente projeto objetiva a real compreensão dos réus sobre o funcionamento dos ritos processuais e a responsabilização dos mesmos perante a construção da defesa. A possibilidade destes sujeitos terem um espaço para discorrerem sobre sua negativa, elaborando justificativas elaboradas ou quaisquer para tal acusação ter acontecido é extremamente significativo. É uma maneira de assujeitar o réu; de possibilitar que ele faça parte de sua própria história e tenha participação na construção desta cena que se instaura.

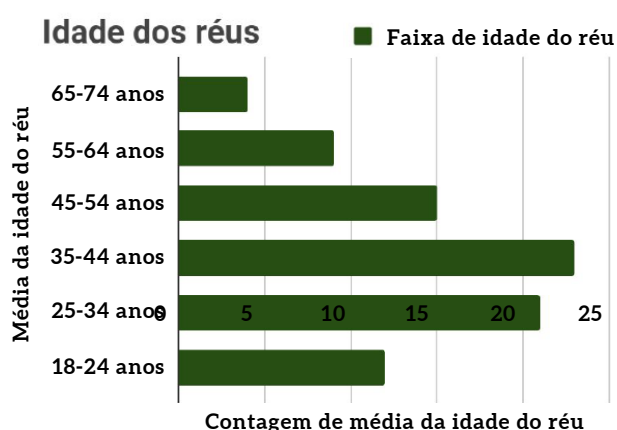
Assim, é também possível que os réus “mudem” suas histórias quantas vezes quiserem. A responsabilidade, para os sujeitos réus, nesta construção da defesa é também a de sustentar a história que narram, seja ela a verdade real ou não. Não é função da defesa buscar a veracidade objetiva dos fatos, mas sim orientar os sujeitos para que tenham a melhor defesa jurídica possível, assegurando que todos os seus direitos sejam respeitados.

Durante os atendimentos, um sujeito réu trouxe em seu discurso a preocupação em planejar a sua vida após a condenação e consequente prisão. Este é um ponto possível de trabalho com sujeitos que assumem a acusação ou para atuação após



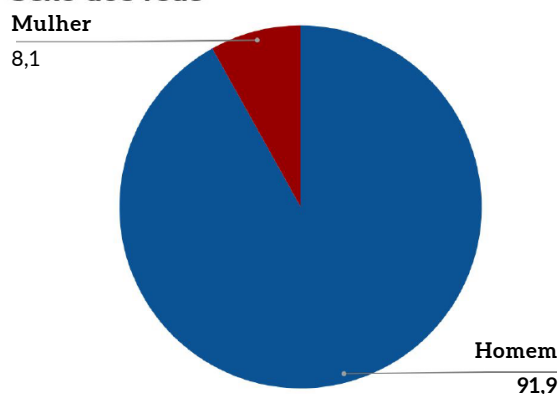
a condenação dos réus. É uma atuação que ainda está sendo avaliada a melhor metodologia para sua execução, mas faz-se importante sinalizar que a demanda por esta preparação surgiu a partir da escuta de um destes sujeitos réus.

Não há um padrão de indivíduo que seja acusado de ter cometido um crime contra crianças. O recorte destes 85 réus já escutados pode evidenciar o como indivíduos de todas as regiões, de todas as idades e sexo são acusados, como os gráficos abaixo apontam:



Indivíduos de todas as faixas etárias figuram enquanto réus. Do recorte dos 85 sujeitos escutados, 12 réus foram acusados de terem iniciado alguma prática delitiva entre seus 18 e 24 anos; 21 réus entre seus 25 e 34 anos; 23 réus entre seus 35 e 44 anos; 15 réus entre seus 45 e 54 anos; 9 réus entre seus 55 e 64 anos; e 4 réus entre seus 65 e 74 anos.

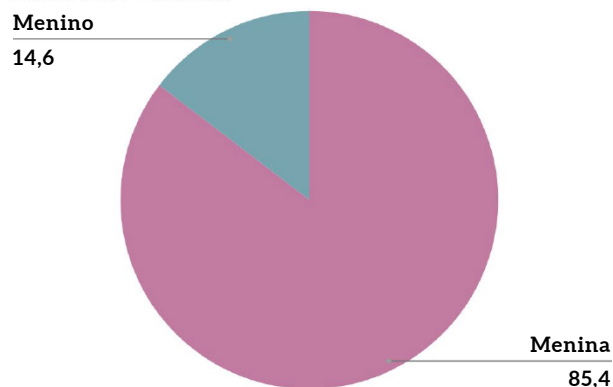
Sexo dos réus



A maioria dos sujeitos acusados de terem cometido um crime de teor sexual contra crianças, pertence ao sexo masculino (91,9%), porém faz-se importante destacarmos o percentil de mulheres (8,1%) que foram acusadas de práticas delituosas deste teor. Como já foi pontuado: não há um padrão de indivíduo que seja acusado de ter cometido um crime de teor sexual contra crianças. Faz-se necessário essa afirmação ressoar à todos para que lembremos que todo caso sempre inicia no mesmo lugar: o de não saber.

Antes de todo caso ter início não sabemos nada sobre o sujeito que irá ocupar a posição de réu, assim como não sabemos nada sobre quem irá ocupar a posição de vítima. Não sabemos se será uma mulher, um homem, um jovem, um idoso, uma garotinha, um bebê ou uma adolescente. É somente a partir da posição de nada saber que se faz possível preencher as lacunas necessárias para a construção da defesa. Construção essa que é realizada a partir da escuta sobre quem é o sujeito e sobre qual é a história que este sujeito nos conta para que só assim possamos auxiliar tecnicamente na construção de sua defesa jurídica.

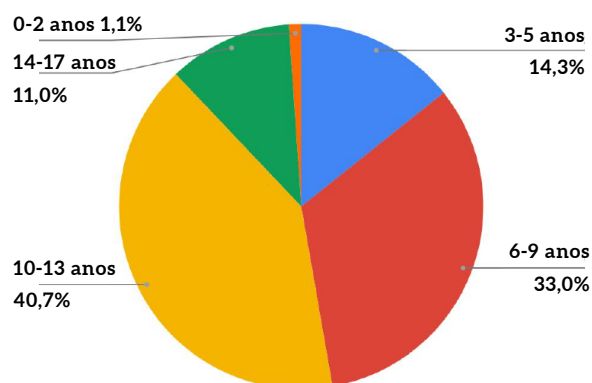
Sexo das vítimas





Dentre os 85 réus escutados, 92 crianças ou adolescentes figuram enquanto vítimas destes casos. No gráfico acima, nota-se que a maioria das vítimas são meninas (85,4%) enquanto 14,6% são meninos. Já no gráfico abaixo evidencia-se que crianças de todas as faixas etárias tem figurado o papel de vítimas destes processos:

Idade das vítimas



Das 92 crianças ou adolescentes que figuram enquanto vítimas destes casos, 1,1% possui entre 0 e 2 anos de idade; 14,3% entre 3 e 5 anos; 33% entre 6 e 9 anos; 40,7% entre 10 e 13 anos; e 11% entre 14 e 17 anos.

O gráfico da idade das vítimas aponta o como não há uma idade certa para começar a falar sobre sexualidade com crianças. Não há uma idade base para que abusos se iniciem. Crianças de todas as idades figuram enquanto vítimas em processos criminais sobre violência sexual.

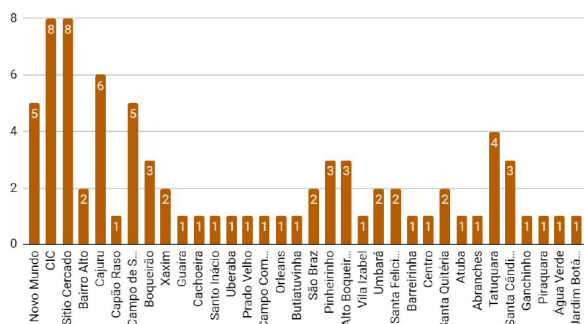
No decorrer deste primeiro ano do Projeto, entrou em vigor a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Na prática, para o Projeto, isso significa que o Ministério Público tem proposto ações cautelares para produção

do depoimento especial das vítimas previamente à deflagração da ação penal; que uma nova lógica surgiu para a cena jurídica. A criança agora é escutada em juízo antes da acusação ser aceita. Assim, a Defensoria Pública está atuando em um momento anterior à denúncia. O réu agora pode ser sujeito de sua própria história, sendo escutado pela Psicóloga e auxiliando assim na construção de sua própria defesa, desde a fase inquisitorial. Essa nova modalidade de cena jurídica trouxe outros destinos para as acusações. Muitas vezes a criança não está pronta para falar sobre aquilo que querem que ela fale e desta maneira não é possível o seguimento da denúncia. Assim, estes sujeitos réus agora também podem ser escutados sob outra posição: a de auxílio numa investigação prévia à acusação propriamente dita.

A Defensoria Pública trabalha com este tema não só no âmbito criminal, há também a importância do viés protetivo às vítimas de crimes contra crianças e/ou adolescentes. A partir das Varas de Infância e Juventude Centrais ou Descentralizadas estes casos também são trabalhados dentro da Defensoria Pública. Os gráficos abaixo apontam (1) os bairros em que ocorreram os fatos da denúncia e (2) o local responsável desta Defensoria Pública em Curitiba pelo atendimento em viés protetivo das 92 crianças ou adolescentes que figuram enquanto vítimas nos processos criminais dos 85 réus escutados pela Psicóloga até o momento.

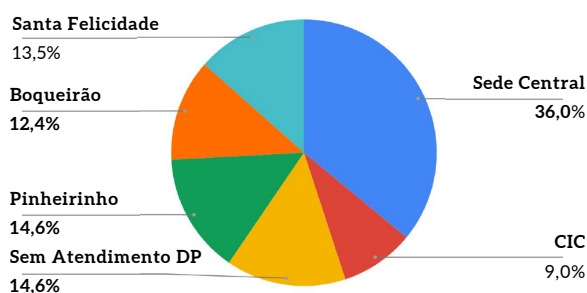


Local das ocorrências



O gráfico acima aponta os Bairros em que ocorreram os fatos descritos nas denúncias dos processos criminais dos réus escutados. Evidencia o como não é privilégio de um ou outro bairro tais acusações. As acusações de crimes contra crianças ocorrem em diversos bairros de Curitiba. Bairros considerados de uma população de alto rendimento nominal mensal, como também em bairros considerados de uma população de baixo rendimento nominal mensal. No gráfico abaixo os casos foram agrupados pelo Foro responsável pelo viés protetivo das crianças que figuram enquanto vítimas nestes processos:

Contagem de Atendimento DP (foro da infância)



A Defensoria Pública do Estado do Paraná ainda não atua em todos os espaços necessários de sua capital Curitiba. O gráfico acima evidencia que 14,6% dos casos em que os réus foram escutados dentro do Projeto, as crianças ou adolescentes que figuram enquanto vítimas não puderam ser assistidas pela DPPR quanto ao caráter protetivo dessas

acusações.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 30 de julho de 2018 ocorreu a primeira audiência de instrução completa de um dos sujeitos réus que foram escutados pela Psicóloga. No dia 27 de agosto de 2018 foi proferida a sentença condenatória deste sujeito. O que acontece após a condenação? Como acontece o início do cumprimento da pena? Em que lugar o réu deve ir se apresentar para iniciar o cumprimento de sua pena de forma menos degradante ao apenado? São questionamentos que evidenciam a necessidade de uma maior integração entre a área criminal e a execução da pena.

A Defensoria Pública, parece poder promover uma ponte entre estes dois momentos, afinal a maioria destes sujeitos seguirão com a defesa pela mesma Instituição. E o questionamento, para estes sujeitos réus, não é sobre questões de competência jurídica, mas sim somente sobre o que irá lhe acontecer daqui em diante e como irá acontecer: demandam conhecer sobre a realidade que se descortina após uma sentença condenatória.

Para além desta audiência completa já houveram outras 20 audiências em que foi possível observar a relevância destes sujeitos réus terem sido escutados previamente pela Psicóloga. Os réus se mostraram mais seguros em suas falas e mais confiantes sobre o trabalho exercido pela Defensoria, afinal foram partes nesta construção da defesa. Assim, tem se mostrado que oportunizar este momento de fala para o indivíduo acusado e que, para além de falar, possa escutar o que diz é essencial para que este possa entender e



contribuir com sua defesa. É uma maneira de assujeitar estes indivíduos acusados e não somente tratá-los enquanto objetos de prova.

O Projeto “Escuta e atendimento psicológico de sujeitos acusados de práticas delituosas antes de seu interrogatório” vem constantemente propiciando reflexões sobre o tema. O projeto segue em andamento assim como as respostas para as questões que estas reflexões trazem. Continuam sendo agendadas as escutas de novos réus e os réus já escutados seguem no aguardo de suas audiências, para além do aguardo de outros casos de réus que já foram escutados. A tramitação de procedimentos na Vara de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos dita o ritmo do Projeto. Hoje o tempo de espera entre a citação do réu e sua audiência já é de mais de um ano. E é esta espera que ocasiona a demora em maiores resultados desta intervenção.

Ainda que o número de 85 pessoas seja um número reduzido para se estabelecer uma amostra significativa para concluir por existir uma influência técnica para a Defesa, quer pela diversidade pessoal dos réus, quer por tratar de processos cujo peça fundamental para seu sucesso está na palavra da vítima a qual, por óbvio, não é padronizável, havendo, nesta ótica, uma estrutura de prova praticamente ímpar em cada um dos processos, o Defensor Público que está a coordenar e executar o projeto observa duas contribuições principais para o exercício da Defesa.

A primeira é um entendimento razoável do réu acerca de o que pode acontecer para além do processo mesmo antes de

iniciar a instrução processual. É significativa a facilidade em que ele compreende o ritual da audiência judicial se comparado com o réu que busca a Defensoria pouco antes da audiência ou, por vezes, no mesmo dia da audiência. Essa melhoria da compreensão propicia uma conversa mais rica entre defensor e acusado antes de seu interrogatório, pois este já sabe qual é o seu papel naquele ato, assumindo uma postura de responsável por sua condução. É comum que o réu queira saber “o que falar para o juiz”. Quando ele já contou a história a si mesmo, verbalizando-a no momento da escuta ou com o Defensor previamente à audiência, os temas indicados pelo Defensor para serem explicados soam com um pouco mais de naturalidade, o que facilita a expressão verbal do réu em seu interrogatório.

Uma segunda contribuição, que também é refletida num interrogatório de mais qualidade, mas também numa inquirição de testemunhas com maior densidade pelo Defensor Público, é que o relato que o réu faz à Psicóloga é um relato mais próximo da impressão que ele, sujeito, teve dos fatos que os outros relatos que ele fará, mesmo quando em conversa com o Defensor. É reservada aproximadamente uma hora para que o réu possa falar com a Psicóloga acerca dos fatos de que está sendo acusado. Como é uma construção de sua posição frente a este fatos, relato este que é sintetizado documentalmente pela Psicóloga e apresentada ao Defensor antes do momento da audiência de instrução, é facultado que este possa conhecer de rotinas e opiniões do réu acerca dos fatos, podendo explorá-las antes da audiência e durante ela.



REFERÊNCIAS

Não houve consulta bibliográfica.



Defensoria Pública
do Estado do Paraná



EDEPAR

Escola da Defensoria Pública
do Estado do Paraná